



T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.

Avenida da Liberdade, n.º 242

1250-149 Lisboa, Portugal

Registo na Conservatória de Registo

Comercial de Lisboa

NIPC: 507 684 486

www.t-vida.pt

T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS

Índice

T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS

- 08** 01 Órgãos Sociais
- 12** 02 Relatório do Conselho de Administração
- 22** 03 Demonstrações Financeiras
- 28** 04 Demonstração do Rendimento Integral
- 32** 05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
- 36** 06 Demonstração de Fluxos de Caixa
- 40** 07 Anexo às Demonstrações Financeiras
- 80** 08 Divulgação das Políticas de Remuneração
- 92** 09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

01

Órgãos Sociais

Assembleia-Geral

Presidente

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Secretário

João Afonso Pereira Gomes da Silva

Conselho de Administração

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogais

João de Faria Rodrigues

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

Vogal Suplente

José Silva Duque

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Soc. de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau,

Ribeiro da Cunha e Associados



Peter Brito e Cunha
Presidente



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente



Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da T-Vida, Companhia de Seguros, SA (adiante designada por T-Vida ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2011.

2.1. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2011 ficou marcado, sobretudo, pelas dificuldades em torno da crise da dívida da Zona Euro. Para além dos receios de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias core, como França e Áustria. A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na Zona Euro resultaram numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, um efeito particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Neste contexto, os líderes da UE acordaram, já no final do ano, um reforço das regras de consolidação e controlo orçamental.

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do sector financeiro, reflectiram-se também nos mercados accionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus. Nos EUA, a política monetária mais agressiva do Fed e as perspectivas relativamente positivas para a actividade económica resultaram num desempenho menos desfavorável dos principais índices accionistas.

2.1.1. Situação Económica Internacional

O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,7% em 2011, em desaceleração face ao registo de 3,0% observado no ano anterior, traduzindo os impactos negativos de alguns choques externos sobre a economia americana. Estes incluíram os efeitos na produção resultantes do tremor de terra do Japão, a subida do preço do petróleo ou os reflexos da crise da dívida europeia. O menor dinamismo do investimento (cujo crescimento anual diminuiu de 17,9% para 4,7%) e a contração no consumo público (-2,1%), constituíram as razões fundamentais daquela evolução, uma vez que o consumo privado apresentou uma relativa sustentação (expansão de 2,2% em 2011, após registo de 2,0% em 2010).

Dada a ausência de suporte dos mercados accionistas e do mercado habitacional, que tradicionalmente sustentam o consumo das famílias, o crescimento deste agregado resultou fundamentalmente de uma melhoria no mercado de trabalho e da tendência de descida da taxa de poupança. Assistiu-se, no conjunto do ano, à criação de mais de 1.6 milhões novos empregos e à redução da taxa de desemprego de 9,6% para 9,0% da população activa entre o primeiro e o último mês do ano. Por seu lado, a taxa de poupança recuou de 5,2% para 4,0% do rendimento disponível no mesmo período.

A inflação homóloga fechou o ano em 3,0%, acima do *target* definido pela autoridade monetária (de 2,0%), mas com uma tendência claramente decrescente e com as expectativas de crescimento dos preços ancoradas no médio prazo. Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu, até final do 1º semestre, o 2º programa de *quantitative easing* (QE2), completando a aquisição de 600 mil milhões de dólares de *Treasuries* de longo prazo e manteve a *target rate* dos *fed funds* em níveis historicamente baixos (no intervalo entre 0% e 0,25%). A relativa falta de tração da retoma da actividade levou a Reserva Federal a adoptar medidas adicionais de

política monetária na segunda metade de 2011, nomeadamente, anunciou a intenção de manter os juros de referência em níveis excepcionalmente baixos até, pelo menos, meados de 2013.

Na Zona Euro, depois de uma expressiva aceleração no início do ano, graças à forte expansão do investimento, e em particular do investimento em construção, beneficiando de condições climatéricas favoráveis, a economia da Zona Euro registou uma desaceleração gradual ao longo do ano de 2011, tendo-se registado uma contracção da actividade no 4º trimestre.

O crescimento anual da Zona Euro foi, assim, de 1,5%, em desaceleração face ao registo de 1,9% no ano anterior. Embora o crescimento da principal economia da área, a Alemanha, tenha sido forte (de 3,0% no conjunto do ano), o desempenho foi muito heterogéneo entre Estados-Membros, tendo grande parte da Zona Euro registado um crescimento muito mais contido, com variações anuais negativas do PIB na Grécia e em Portugal, e com registos inferiores a 1,0% em Espanha e Itália. O acentuado esforço de consolidação orçamental exerceu um efeito mais restritivo sobre a actividade nestas economias.

O abrandamento a que se assistiu no decurso do ano deveu-se não só ao forte esforço de consolidação orçamental (em termos agregados, o défice orçamental da Zona Euro reduziu-se de 6,2% do PIB em 2010 para 4,1% do PIB em 2011), mas também à desaceleração evidenciada pelo consumo privado num contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho (a taxa de desemprego ascendeu a 10,4% da população activa). As exportações registaram igualmente uma desaceleração, reflectindo o abrandamento da procura externa, em especial das economias emergentes, e a apreciação do euro registada na primeira metade do ano.

O aumento dos níveis de incerteza e das tensões observadas nos mercados financeiros, particularmente os de dívida pública, e a secagem de liquidez no mercado monetário interbancário, sobretudo a partir do Verão, penalizaram os níveis de confiança dos agentes e dificultaram o financiamento dos bancos a nível europeu, num contexto de crescente interligação entre a evolução dos mercados de dívida pública e o sector bancário. As exigências de recapitalização dos bancos europeus e as maiores dificuldades dos bancos no acesso aos mercados monetário e de crédito conduziram a maior restritividade na concessão de crédito a famílias e empresas, contribuindo também para a moderação do consumo e do investimento

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 2,7%, após o registo de 1,6% em 2010, um agravamento que se deveu essencialmente ao impacto da subida de preços da energia (com destaque para o preço dos combustíveis) e da alimentação.

Os riscos de que os aumentos de preços pudessem, a prazo, repercutir-se numa evolução em alta dos salários levaram o Banco Central Europeu a elevar a taxa de juro de referência de 1,0% para 1,5%, em dois movimentos ocorridos em Abril e Julho. No entanto, a deterioração do cenário de crescimento e a acentuada quebra da confiança observada sobretudo a partir do Verão, num contexto de ausência de pressões inflacionistas relevantes, levaram a autoridade monetária europeia a reduzir aquela taxa em Novembro e Dezembro, regressando ao nível de 1,0%.

Relativamente às medidas não-convencionais de política monetária, que visam minimizar as tensões e a instabilidade dos mercados financeiros, o BCE forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência de liquidez a montantes ilimitados aos prazos de 1 semana e 1 mês a taxa fixa e a 3 meses à taxa média que vigorava no período. Para além disso, a autoridade monetária anunciou duas novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (3 anos), aos montantes solicitados pelos bancos e à taxa média das operações principais de refinanciamento em vigor ao longo do período correspondente.

2.1.2. Situação Económica Nacional

Em Portugal, o ano de 2011 foi marcado pelos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro e pelo início da execução do programa de ajustamento financeiro. A deterioração das condições de financiamento associadas ao aumento da aversão ao risco por parte dos investidores foi acentuada, no caso de Portugal, pelas revisões em baixa do *rating* da dívida soberana (que fechou o ano de 2011 em BBB- no caso da notação atribuída pela S&P e em Ba2, no caso da Moody's). A *yield* dos títulos de dívida pública a 10 anos subiu de 6,6% para 13,36% no conjunto do ano, com o *spread* face aos títulos da dívida alemã a aumentar 789 pontos base, para 1.153 pontos base.

O programa de ajustamento financeiro acordado com o FMI/UE/BCE, envolvendo o financiamento da economia portuguesa num montante global de 78 mil milhões de euros, começou a ser implementado em Maio de 2011, tendo sido objecto de duas avaliações favoráveis por parte dos credores oficiais. Ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para um valor próximo de 4,0% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um importante esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

Registaram-se igualmente progressos importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações no mercado de trabalho, que aumentam a flexibilidade e tenderão a reduzir os custos por unidade produzida, com impactos positivos sobre a competitividade; (ii) a reforma no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das *golden shares*, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do sector dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e na electricidade e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma contracção da procura interna em 2011, registando-se quedas no consumo público e privado (em torno de 3,0%, em termos médios anuais) e no investimento (próxima de 11,0%). As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram, no entanto, um crescimento elevado (próximo de 7,0% em termos reais), com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia.

Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB, que atingiu 1,5% em 2011. Esta evolução das exportações contribuiu ainda, em conjunto com o processo de *deleverage* em curso entre os diversos sectores da economia, para uma redução significativa do défice externo, de 8,8% do PIB para um valor em torno de 6,1% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2,0% do PIB. O *stock* das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% do PIB observado em 2009.

2.1.3. Mercado Segurador

Depois da expansão registada no ano anterior, 2011 foi um ano de contracção sem paralelo da produção de seguro directo, que recuou para um volume inferior ao de 2005. Os prémios emitidos ascenderam a 11 666 milhões de euros, o que representa uma quebra de 4 674 milhões de euros (-28,6%) em relação ao ano anterior.

A produção do ramo Vida foi a principal responsável por este comportamento negativo. Com prémios de 7 533 milhões de euros

e uma taxa de variação de -38,1%, o segmento Vida diminuiu em quase 10p.p. a quota no total da produção (de 74,5%, em 2010, para 64,6% em 2011). Na base desta evolução esteve a comercialização de produtos financeiros do ramo Vida, em particular de produtos de bancasseguros.

A profunda necessidade de financiamento dos bancos levou os respectivos grupos financeiros a privilegiar a comercialização de produtos que captassem poupanças para os seus balanços (sobretudo depósitos a prazo), em detrimento de outros que geram essencialmente receitas de comissões, como produtos de seguros e fundos de investimento. Também a queda do rendimento disponível dos particulares e as alterações ao nível dos incentivos fiscais dos PPR contribuíram para os resultados negativos do ramo Vida.

No segmento Não Vida o decréscimo da produção foi relativamente marginal, afectando com maior intensidade alguns ramos mais sensíveis a variáveis económicas, mas não inibindo o crescimento moderado de outros. O volume de prémios atingiu 4 133 milhões de euros (-0,9% em relação ao ano anterior) com destaque positivo para o ramo Saúde (+1,5%) demonstrando o crescente interesse dos consumidores por esse tipo de protecção embora a difícil conjuntura económica que famílias e empresas atravessam condicionasse a sua expansão. Também os ramos Multirriscos (+2,3%), em especial Habitação e Comércio, mantiveram um ritmo de crescimento consistente com a tendência dos últimos anos, expressando uma maior preocupação de protecção em tempos de incerteza.

Com uma evolução negativa continua o ramo Acidentes de Trabalho (-3,7%), reflexo da redução do emprego e da contenção da massa salarial da economia. O ramo Automóvel manteve basicamente estagnado o seu volume de prémios (-0,8%).

O peso da actividade seguradora no PIB diminuiu de 9,25% em 2010 para 6,48% em 2011. O segmento Vida representa 4,18% do PIB e o Não Vida representa 2,29% (6,89% e 2,36% em 2010, respectivamente).

De acordo com as contas provisórias do sector segurador, o resultado líquido do exercício em 2011 atingiu os 43 milhões de euros, que compara com 414 milhões de euros em 2010. Esta quebra de rentabilidade da actividade seguradora incidiu naturalmente sobre o ramo Vida, onde se concentra cerca de 80% da carteira de investimentos gerida pelo sector, fortemente afectada pela conjuntura adversa dos mercados de capitais. A componente técnica apresentou uma relativa estabilidade pois a diminuição dos prémios e o aumento dos montantes pagos, principalmente em resgates e vencimentos, foram compensados pela redução da provisão matemática.

Embora sem a expressão do ramo Vida, a queda da componente financeira (-42,8%) também afectou o resultado do segmento Não Vida. O saldo da conta técnica sofreu uma melhoria (+29,4%) face ao ano anterior, resultado da contenção dos custos com sinistros.

2.2. Factos Relevantes em 2011

O ano 2011 foi particularmente adverso para o ramo Vida, sobretudo para as linhas de negócio com forte componente de capitalização e PPR. Apesar da maior sensibilidade do aforrador para a poupança, o contexto fortemente competitivo de captação de recursos sobretudo para o curto prazo, associado à eliminação da dedução à colecta dos prémios de seguro de vida ou da forte limitação dos benefícios fiscais dos PPR, conduziram a um decréscimo da actividade seguradora em 38,8%.

A T-Vida decresceu 49,8% no volume da sua actividade, sem considerar a Operação de Capitalização realizada em 2010 (considerando esta Operação, a redução foi de 71,2%), com forte impacto nos PPR e Capitalização.

Em 2011, a T-Vida manteve a sua linha estratégica de crescer nos seguros de Vida Risco, criando condições para em 2012 ganhar dinâmica e quota

de mercado nesta área. Durante o último quadrimestre recriou a sua gama de produtos de Vida Previdência e reforçou a sua capacidade de distribuição, seleccionando um conjunto de parceiros de negócio com perfil e apetência para vender este tipo de seguros. Desenvolveu ainda nesta área, novas formas de distribuição, nomeadamente a venda por telefone, tendo obtido resultados muito satisfatórios.

A prestação de um serviço de qualidade aos seus Clientes e Parceiros de Negócio continuou a ser um dos objectivos prioritários da T-Vida, pelo que, durante o ano, foi mantida uma política de introdução contínua de melhorias na informatização dos serviços.

Relativamente ao stock de apólices, a maturidade de alguns produtos e a busca do aforrador por taxas mais elevadas no curto prazo, levou à anulação de um número significativo de apólices.

Foi também resgatada a Operação de Capitalização subscrita em Novembro de 2010.

2.3. Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

	(milhares de euros)		
	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Balanco			
Investimentos	796 869	806 200	-1,2
Activo líquido	902 978	941 559	-4,1
Capital próprio	62 895	66 873	-5,9
Provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento	737 933	858 332	-14,0
Ganhos e Perdas			
Total de produção	47 166	164 436	-71,3
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	31 722	36 662	-13,5
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	62 284	43 713	42,5
Provisão matemática, líquida de resseguro	30 026	7 500	300,3
Participação nos resultados, líquida de resseguro	1 698	1 790	-5,1
Custos operacionais	6 923	7 335	-5,6
Resultado financeiro	15 727	16 221	-3,0
Saldo técnico ⁽¹⁾	8 206	8 533	-3,8
Saldo global ⁽²⁾	9 819	13 407	26,8
Resultado líquido	3 013	5 140	41,4
Indicadores (%)			
Saldo técnico / Total de produção ⁽⁴⁾	17,4	9,0	8,4 p.p.
Custos operacionais / Total de produção ⁽⁴⁾	14,7	7,8	6,9 p.p.
Custos operacionais / Provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento	0,9	0,9	0,1 p.p.
Taxa de cobertura da margem de solvência	115,9	107,9	8,0 p.p.
Sinistros / Prémios (IFRS 4)	182,4	79,4	103,0 p.p.
Benefícios pagos ⁽³⁾ / Depósitos recebidos ⁽⁴⁾ (IAS 39)	259,6	80,8	178,8 p.p.
Custos de aquisição / (Prémios + depósitos recebidos)	12,5	7,1	5,4 p.p.
Custos administrativos / (Prémios + depósitos recebidos)	6,6	3,3	3,3 p.p.
Outros Indicadores			
Nº Empregados ⁽⁵⁾	17	17	0,0
Nº Apólices	139 465	147 493	-5,4

(1) Saldo Técnico Líquido de Resseguro.

(2) Saldo Técnico + Saldo Actividade Financeira.

(3) Exclui 71 249 milhares de euros relativos ao resgate da operação de capitalização, realizado em 2011.

(4) Exclui 70 000 milhares de euros relativos à operação de capitalização afeta ao canal bancário, realizada em 2010.

(5) Colaboradores pertencentes ao Quadro Permanente.

2.4. A Actividade da T-Vida em 2011

2.4.1. Total de Produção

Em 2011 verificou-se uma alteração significativa na produção da Seguradora, consequência do contexto adverso para os seguros de capitalização e PPR.

A produção totalizou 47 166 milhares de euros, registando um decréscimo de 71,3% (-117 270 milhares de euros), face ao período homólogo. Esta variação está influenciada pela Operação de Capitalização, subscrita em Novembro de 2010, no valor de 70 000 milhares de euros. Excluindo esta Operação, os prémios Vida apresentariam um decréscimo de 50,1% (-47 270 milhares de euros), face ao período homólogo.

Os produtos Financeiros, PPR e Capitalização, contribuíram fortemente para este decréscimo, registando uma quebra de 64,6% (-47 784 milhares de euros), com os PPR a regredirem 67,2% (-42 746 milhares de euros).

As Rendas, tiveram uma performance muito positiva +24,4% (+862 milhares de euros) enquanto os Mistos decresceram 9,6% (-300 mil euros), dado tratar-se de um tipo de produto pouco comercializado e elevada maturidade.

A linha de negócio Vida Risco cresceu 0,4% ganhando relevância na produção e aumentando o seu peso para 29,1% (14,5% em 2010), excluindo da análise a Operação de Capitalização. Este crescimento adquire particular importância dadas as margens técnicas elevadas que este tipo de produto proporciona, dando um contributo significativo para os resultados da Companhia.

	(milhares de euros)		
	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Total de Produção	47 166	164 436	-71,3%
Contratos Seguros	34 373	58 637	-41,4%
- Rendas vitalícias	4 396	3 534	24,4%
- Restantes produtos risco e mistos	16 549	16 897	-2,1%
- Produtos de capitalização	4 484	6 731	-33,4%
- PPR	8 944	31 475	-71,6%
Contratos de Investimento	12 793	105 799	-87,9%
- Produtos de capitalização	873	3 664	-76,2%
- PPR	11 920	32 135	-62,9%
- Operações de capitalização	0	70 000	-

2.4.2. - Custos com Sinistros e Benefícios Pagos

O total de custos com indemnizações ascendeu a 167 143 milhares de euros, apresentando um aumento de 121,5% comparativamente a 2010. Este aumento é justificado pelo resgate da OCA, no valor de 71 249 milhares de euros, e também pelo aumento significativo dos resgates no PPR Garantido e PPR *Unit Linked*.

O peso das indemnizações face às provisões matemáticas em início de período foi de 13,0% (contra 8,8% no ano anterior), tendo o ano de 2011 sido caracterizado como um ano de elevado valor de vencimentos (12 307 milhares de euros) e resgates (66 752 milhares de euros) - excluindo a OCA.

Nos PPR, os custos com sinistros e benefícios pagos atingiram os 70 846 milhares de euros (+68,6%), justificados pelo aumento de resgates em 28 271 milhares de euros, tendo os mesmos, um peso de 58,3% no total de custos com sinistros, face a 36,7% realizados em 2010. Os produtos de Capitalização diminuíram a sua sinistralidade em 7 967 milhares de euros, resultado do decréscimo dos vencimentos e resgates, dos produtos Financeiros. Nos produtos Tradicionais os custos com indemnizações totalizaram 13 648 milhares de euros (-2,9%), essencialmente devido ao elevado volume de resgates nos produtos Mistos e sinistralidade nas Rendas.

(milhares de euros)			
	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Custos com Sinistros e Benefícios Pagos	167 143	75 467	121,5%
Contratos Seguros	62 687	46 547	34,7%
- Rendas vitalícias	5 255	5 243	0,2%
- Restantes produtos risco e mistos	8 393	8 812	-4,8%
- Produtos de capitalização	6 094	5 462	11,6%
- PPR	42 590	26 661	59,7%
Custos com Sinistros Imputados	355	369	-3,8%
Benefícios Pagos de Contratos de Investimento	104 456	28 920	261,2%
- Produtos de capitalização	4 951	13 550	-63,5%
- PPR	28 256	15 370	83,8%
- Operações de capitalização	71 249	0	-

2.4.3. Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento

A evolução verificada nas provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento está directamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados, e para os quais existe uma correspondência directa com o valor registado nos passivos de contratos de seguro e de investimento.

A 31 de Dezembro de 2011, as provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento decresceram 14,0% (-120 399 milhares de euros), redução justificada essencialmente pela diminuição dos passivos financeiros dos PPR (-15 488 milhares de euros) e Operações de Capitalização (-71 649 milhares de euros), com um valor de 302 962 milhares de euros, que representa 41,1% (43,6% em 2010) das provisões matemáticas e passivos de contratos de seguro e de investimento.

A venda de contratos com taxas técnicas mais baixas deu origem a uma menor variação da média das taxas mínimas garantidas de produtos PPR e dos produtos de capitalização, verificando-se uma oscilação de 2010 para 2011 de 3,00% para 3,02% e de 2,36% para 2,33%, respectivamente.

De assinalar que a estratégia seguida na T-Vida, de considerar o produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 68,3% do total das provisões matemáticas e dos passivos de contratos de seguro e de investimento em 2011, tem permitido à Companhia manter uma posição de destaque no mercado, nomeadamente no segmento de Seguradoras que não exploram o canal bancário.

(milhares de euros)			
	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento	737 933	858 332	-14,0%
Provisões Matemáticas	313 242	342 735	-8,6%
- Rendas vitalícias	48 700	48 020	1,4%
- Restantes produtos risco e mistos	35 763	38 190	-6,4%
- Produtos de capitalização	34 440	35 005	-1,6%
- PPR	194 339	221 520	-12,3%
Passivos Financeiros	424 691	515 597	-17,6%
- Produtos de capitalização	19 007	22 776	-16,5%
- PPR	102 722	118 210	-13,1%
- Operações de capitalização	302 962	374 611	-19,1%

2.4.4. Saldo Técnico

Verificou-se uma diminuição do saldo técnico⁽¹⁾ de 8 533 milhares de euros em 2010, para 8 206 milhares de euros, em 2011. Esta redução representa, face ao ano anterior, uma diminuição 327 milhares de euros (-3,8%), e explica-se essencialmente pelo decréscimo dos prémios da

Companhia e pelo aumento da sinistralidade nos produtos de Risco. De salientar o impacto do LAT nos produtos Mistos (proveito de 756 milhares de euros, em 2010).

O saldo financeiro (2) apresentou uma variação negativa de 3 261 milhares de euros (-66,9%), resultante da evolução desfavorável dos rendimentos, do resseguro financeiro e das responsabilidades para com os clientes associadas a produtos de taxa garantida.

O saldo global (3) situou-se em 9 819 milhares de euros, com um decréscimo de 3 588 milhares de euros (-26,8%) face ao ano anterior. Excluindo o efeito do LAT em 2010, a variação seria igualmente desfavorável, diminuindo 2 832 milhares de euros (-22,4%).

(milhares de euros)			
	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Saldo Técnico⁽¹⁾	8 206	8 533	-3,8
- PPR	450	420	7,1
- Capitalização	142	82	73,2
- Tradicionais	7 614	8 031	-5,2
Saldo Actividade Financeira⁽²⁾	1 613	4 874	-66,9
- PPR	-936	3 588	-126,1
- Capitalização	834	1 231	-32,3
- Tradicionais	1 307	-338	-486,7
- Operações de capitalização	408	393	3,8
Saldo Global⁽³⁾	9 819	13 407	-26,8

(1) Saldo Técnico líquido de Resseguro.

(2) Rendimentos da Actividade Financeira incluindo participação nos resultados e Juro Técnico.

(3) Saldo Técnico + Saldo Actividade Financeira.

2.4.5. Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram um decréscimo de 5,6% (-412 milhares de euros), face ao ano anterior, essencialmente devido à redução substancial de custos com pessoal.

Os custos com pessoal diminuíram 22,5% (-375 milhares de euros), em resultado da alteração da política de remuneração dos órgãos sociais no que diz respeito à distribuição de lucros.

Os fornecimentos e serviços externos mantiveram-se praticamente em linha com o ano anterior, -0,3% (-8 milhares de euros). Apesar do aumento nas rubricas de publicidade (custos com acções de *Telemarketing*) e trabalhos especializados informáticos, verificou-se uma diminuição acentuada nos custos com comissões de canal bancário.

Comparativamente ao período homólogo, os custos com impostos e taxas diminuíram face ao volume de prémios registados em 2011, (impacto da Operação de Capitalização, subscrita em Novembro de 2010).

Os restantes custos apresentaram variações pouco significativas face ao período homólogo.

(milhares de euros)			
	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Gastos com pessoal	1 294	1 669	-22,5
FSE	2 918	2 926	-0,3
Impostos e taxas	23	79	-70,9
Amortizações do exercício	2 372	2 313	2,6
Comissões	316	348	-9,2
Total	6 923	7 335	-5,6

2.4.6. Investimentos

O ano de 2011 ficou marcado pela crise da dívida europeia e o impacto desta na “economia real”, particularmente na Europa, devido à restrição do crédito a empresas e particulares, e pelo abrandamento económico a nível global. As economias emergentes não ficaram imunes, estando expostas através das exportações e dos fluxos de capitais, que direccionando-se menos para estas economias condicionaram assim a sua expansão.

Entre as economias desenvolvidas o destaque vai para os indicadores positivos das economias americana e alemã. Nos EUA, apesar da desaceleração do crescimento esperado para 2011 os piores cenários que previam uma nova recessão foram postos de lado. No conjunto do ano o crescimento do PIB deverá ser de 1,7%, um abrandamento face aos 3% registados no ano anterior. O mercado de trabalho apresentou um maior dinamismo, especialmente no final do ano, com a criação de postos de trabalho a subir para os valores mais altos desde a crise de 2008-09 e a taxa de desemprego a descer para 9,0%, face aos 9,6% do final de 2010.

Na Europa, a crise da dívida penalizou o crescimento em 2011, pressão que se foi sentindo nas economias centrais após o Verão, com o aumento da pressão sobre a Espanha e Itália, assombrando as expectativas de crescimento para o final de 2011 e primeiro semestre de 2012. Em termos individuais, a Alemanha deverá ter registado em 2011 um crescimento perto de 3%, enquanto as economias de Portugal e da Grécia devem registar uma variação negativa no conjunto do ano.

O ano de 2011 ficou marcado pela crise da dívida soberana europeia e pela indecisão política das medidas necessárias a adoptar para a ultrapassar. Com o aumento das *yields* das obrigações e a forte dificuldade do Estado de obter financiamento junto dos mercados internacionais, Portugal teve de recorrer, em Abril, a um empréstimo do FMI/EU/BCE no montante de 78 mil milhões de euros. No Verão, com o aumento repentino das *yields* de Itália e Espanha a crise alastrou-se para os países do centro europeu, colocando a crise da dívida europeia como sistémica e podendo colocar em causa o projecto da moeda única.

A crise da dívida teve também o seu impacto político, com os governos de Portugal, Irlanda, Espanha, Grécia e Itália a mudarem durante o ano de 2011. O ano ficou ainda marcado pelos sucessivos cortes de *rating* pelas três principais agências americanas (S&P, Fitch e Moody's) dos emitentes soberanos e bancos europeus, com Portugal a ver revisto em baixa sucessivamente o seu *rating* até à categoria de *non-investment grade*. Os EUA também não escaparam a esta tendência e perderam o *rating* AAA pela S&P.

O Banco Central Europeu (BCE) aumentou a taxa de referência por duas vezes até ao Verão, passando de 1% para 1,5%, reagindo ao aumento da inflação que chegou aos 3%, em termos anuais, em meados do ano. Contudo, com o alastrar da crise da dívida europeia às economias core e os riscos inerentes para o crescimento económico, levaram o BCE a reverter a sua política e repor, no último trimestre do ano com o novo governador Mario Draghi, a taxa de juro no seu mínimo histórico de 1%. Face às restrições existentes no mercado interbancário, o BCE adoptou uma série de medidas não convencionais, nomeadamente, a concessão de liquidez em operações a 3 anos, a flexibilização das regras de aceitação de colaterais, um novo programa de compra de obrigações hipotecárias e a redução do montante das reservas obrigatórias junto do BCE.

Nos mercados accionistas, as performances bolsistas em 2011 foram negativas a nível global, tendo o mercado americano apresentado a melhor performance ao manter-se inalterado (medido pelo índice S&P 500). Na Europa, a situação foi bem mais grave em relação à fuga do investimento (Eurostoxx 50 -17%). Portugal foi fortemente penalizado

(PSI 20 -27,6%), principalmente, depois de ter recorrido ao empréstimo do FMI/EU/BCE. Mesmo os mercados emergentes que apresentam melhores perspectivas de crescimento a médio/longo prazo não fugiram às quedas (MSCI EM -20,4%).

Os mercados accionistas foram penalizados pela crise da dívida europeia durante o ano de 2011 e pelos cenários de uma eventual desagregação da zona euro ou saída de alguns dos seus Estados-Membros. Os meses de Verão foram especialmente penalizadores para as rentabilidades, com o alastrar da crise a Espanha e Itália a penalizar fortemente o sentimento dos investidores.

A política financeira da T-Vida centrou-se no investimento em obrigações de taxa fixa e na gestão e manutenção dos níveis de liquidez. No final do ano, com o agravar da crise da dívida pública europeia, o investimento foi canalizado para dívida pública dos países do *core* europeu e com *rating* AAA. O nível de liquidez foi mantido em níveis robustos, como medida de precaução e de aproveitamento da elevada remuneração existente nos depósitos a prazo junto das principais instituições bancárias nacionais. O mercado accionista continuou com um peso muito reduzido na carteira de investimentos com redução gradual da exposição, representando no final do ano um peso inferior a 1% do total da carteira.

No segmento obrigacionista continuou-se a privilegiar a política de maturidades relativamente curtas de 3/5 anos, na manutenção do *rating* médio do portfolio em A2/A e na venda faseada de obrigações *floaters* (-33,4%), com o objectivo de redução de exposição por emitente e diversificação sectorial. Com o aumento do *spread* de crédito de Portugal, aumentou-se a exposição, no primeiro trimestre do ano, a emitentes nacionais com taxas de rendimento implícitas (*yields*) superiores à média da carteira de investimentos e mantendo o *rating* médio da carteira.

Após o pedido de empréstimo de Portugal e o sucessivo corte de *rating* dos emitentes portugueses, mantiveram-se os níveis de investimento em emitentes nacionais, focalizando-se o investimento em oportunidades de curto prazo, ou seja, em obrigações com maturidade inferior a 1 ano e, principalmente, em emissões no mercado primário de Bilhetes do Tesouro com maturidade entre 3 a 6 meses e com *yields* próximas dos 5%. Os sucessivos *downgrades* sobre Portugal conduziram à degradação do *rating* médio da carteira pelo que no final do ano se aumentou significativamente o investimento em emitentes com *rating* AAA-AA, do *core* europeu e com maturidades curtas (até 2 anos).

Devido ao alastrar da crise da dívida europeia e ao aumento da incerteza nos mercados de capitais, mantiveram-se os níveis de liquidez elevados ao longo do ano, apesar da redução verificada quando comparada com valor homólogo, facto decorrente dos resgates de produtos das várias carteiras sob gestão.

	(milhares de euros)		
Activos Sob Gestão ⁽¹⁾	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Obrigações	308 814	280 286	10,2
Acções e fundos de investimento	5 919	10 084	-41,3
Liquidez	90 102	145 109	-37,9
Unit links ⁽²⁾	308 842	381 214	-19,0
Outros	34	35	-3,1
Total	713 711	816 728	-12,6
Operações de reporte	47 594	0	-
Activos a deter até à maturidade	107 679	0	-

(1) Valores apurados numa óptica de gestão.

(2) Principalmente investidos em fundos de investimento.

Com o agravar da crise da dívida soberana, a generalidade dos bancos portugueses foi forçada a aumentar o financiamento junto do BCE, dando como garantia activos cedidos pelas empresas de seguros integradas no seu Grupo Económico. Estas operações, designadas de operações de reporte, para as empresas de seguros configuram-se como formas adequadas de risco reduzido, que permite alcançar uma maior rentabilidade e uma gestão mais eficaz das carteiras de investimentos. A T-Vida, iniciou a utilização destes instrumentos no primeiro trimestre de 2011, tendo terminado o ano com um valor líquido, alocado a estas operações em cerca de 47 594 mil euros.

A Norma Regulamentar N.º 4/2011-R, de 2 de Junho, emitida pelo ISP, veio permitir relevar para fins de solvência os activos contabilísticos classificados em “Investimentos a deter até à maturidade” ao seu custo amortizado. Este normativo promove a consistência do regime prudencial com os novos princípios de relato financeiro garantindo-se, igualmente, um adequado nível de protecção dos tomadores de seguros e beneficiários. A T-Vida adoptou este procedimento retroactivamente, desde 1 de Janeiro de 2011, terminando o ano com 107 679 milhares de euros, contabilizados nesta classe.

(milhares de euros)			
Resultado Financeiro ⁽¹⁾	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Rendimentos	16 923	12 656	33,7
Ganhos e perdas	873	5 086	-82,8
Imparidades	-2 128	390	-645,6
Ganhos e perdas <i>unit links</i>	59	-1 911	103,1
Total	15 727	16 221	-3,0

(1) Valores apurados numa óptica de gestão

Em termos de resultados financeiros, o ano de 2011, apresenta um decréscimo do valor absoluto face a 2010, em cerca de -494 milhares de euros (-3,0%). Excluindo o efeito dos *Unit Linked*, o ano de 2011 apresenta um decréscimo face ao valor homólogo, num total de -2 464 milhares de euros (-13,6%). O ano ficou marcado, negativamente, pelo registo de imparidade sob a dívida pública da Grécia, no valor de -2 069 milhares de euros, e pela redução de ganhos líquidos realizados na alienação de obrigações e outros activos. A estratégia de redução do nível de exposição a obrigações de taxa variável conduziu ao registo contabilístico de menos valias realizadas num total de -4 449 milhares de euros.

A rentabilidade dos activos médios (excluindo o efeito dos *Unit Linked*) sobre o resultado financeiro situou-se nos 3,7%, o que compara com os +4,4% obtidos em 2010.

2.4.7. Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2011 o capital próprio diminuiu para 62 895 milhares de euros, menos 3 978 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Esta diminuição é explicada pela diminuição das reservas de reavaliação em 3 040 milhares de euros, que se situam nos -25 774 milhares de euros, por impacto da degradação do mercado de crédito. A diminuição do resultado líquido também contribuiu para o decréscimo do capital próprio, em 2 127 milhares de euros.

O rácio de solvabilidade estimado em Dezembro de 2011 situou-se em 116%, que compara com 108% registado em 2010. Para esta variação favorável contribuiu a redução da margem de solvência exigida, em consequência da redução de Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Capital social	65 000	65 000	-
Outros instrumentos de capital	12 500	12 500	-
Reservas de reavaliação	-25 774	-22 734	-13,4
Outras reservas	8 090	6 928	16,8
Resultados transitados	66	39	69,2
Resultado líquido	3 013	5 140	-41,4
Total	62 895	66 873	-5,9

2.4.8. Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o Grupo Tranquilidade, no qual a T-Vida se insere, prosseguiu, no decorrer do ano 2011, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Prevê-se, no entanto que esta Directiva possa ser substancialmente alterada, quer no seu âmbito, quer ainda na data limite de transposição, com a publicação da Directiva Omnibus II no final do primeiro semestre de 2012.

Pese embora tal facto, no decurso do ano 2011, foram desenvolvidas várias acções, das quais se destacam as seguintes:

- Continuação do desenvolvimento de metodologias de cálculo de capital económico, utilizando para tal ferramentas específicas;
- Participação activa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Revisão e actualização do sistema de controlo interno, com o respectivo mapeamento dos processos, riscos, controlos e oportunidades de melhoria identificadas;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas, destacando-se em concreto, para além de outras já existentes, as relativas à Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais e colaboradores com “Funções-Chave”, a política de Recursos Humanos ou ainda a Política de Resseguro;
- Monitorização dos eventos comunicados à Companhia através dos mecanismos de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas.

Em matéria de Solvência II foi ainda efectuado o acompanhamento e monitorização das acções previstas no plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5. Proposta de Aplicação de Resultados

Os Resultados do Exercício atingiram 3 012 995,53 euros, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- 10% do Resultado do Exercício no montante de 301 299,55 euros para Reserva Legal;
- Pagamento de dividendos no montante de 2 700 000,00 euros;
- O remanescente para Resultados Transitados.

O rácio de solvência, após a aplicação de resultados atrás proposta, mantém-se acima dos níveis mínimos regulamentares exigidos.

2.6. Objectivos para 2012

O ano de 2012 será um ano desafiante, que exigirá uma total focalização no negócio tradicional de Vida: Risco Previdência e captação de poupança programada de médio/longo prazo. As oportunidades que surgem decorrentes da redução de benefícios como forma de garantir a sustentabilidade do Sistema Social de Previdência, aliada ao profissionalismo dos nossos Parceiros de Negócios com actividade relevante em Vida, irão permitir atingir resultados em linhas de negócio fundamentais para o desenvolvimento rentável da actividade.

Para além disso, a industrialização da venda directa e a procura de novas formas de distribuição que proporcionem ganhos acelerados de produção de Vida Risco também será uma das metas definidas para o ano. O segmento de Grandes Empresas e Médias Empresas continuará a ser um dos eixos de actuação, procurando formas diferenciadas de abordagem e que correspondam às necessidades destes segmentos sobretudo dos Clientes que desenvolvem a sua actividade em diferentes geografias.

A prestação de um de serviço de qualidade continuará a ser uma das principais preocupações da T-Vida, pretendendo ser no sector, uma empresa de referência.

A base de actuação da T-Vida continuará inserida numa lógica de fidelização dos Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Agentes e Corretores da Tranquilidade. Assim, os principais pilares em que assentará o crescimento do negócio da T-Vida continuarão a ser:

1. O alargamento selectivo da base de Agentes distribuidores de produtos Tradicionais, Vida Risco e Poupança de médio longo prazo. O *coaching* da rede de Agentes para reforço das suas competências ao nível do aconselhamento de Soluções de Protecção e Segurança, assim como a disponibilização de ofertas inovadoras que dão resposta às necessidades das sociedades modernas, serão as alavancas fundamentais para atingir o crescimento perspectivado.
2. A optimização do modelo de distribuição *assurfinance* aproveitando a experiência adquirida por esta rede na área do aconselhamento global aos seus clientes e a proximidade de relação com a rede bancária do Banco Espírito Santo.
3. O reforço da presença da T-Vida no Segmento Empresas, Grandes e Médias numa lógica de *Fringe Benefits* ou de *Employee Benefits*, com soluções ajustadas, às empresas e em particular às que actuam em diversas áreas geográficas ou com projecção internacional.
4. A abordagem ao segmento Negócios numa lógica de oferta integrada, Vida e não Vida, continuará a ser desenvolvida e potenciada.

Os objectivos estabelecidos para 2012 são concordantes com as expectativas de crescimento do sector e da economia.

A forte redução dos benefícios fiscais dos PPR decorrente da implementação das medidas restritivas do Orçamento de Estado Português para 2014 também terá impacto na colocação deste produto e na forma como o aforrador encara este instrumento de poupança. Será necessário reforçar e demonstrar a necessidade de cada contribuinte constituir um complemento de reforma. Para os próximos anos foram fixadas metas com níveis de crescimento relevantes, com o objectivo de reforçar a quota de mercado no segmento de Vida Risco entre as seguradoras sem canal bancário e de aumentar o número de clientes equipados com produtos de entregas programadas.

No âmbito da gestão do risco global, irão ser prosseguidas no decurso do ano de 2012, as acções iniciadas no ano anterior as quais visam uma adequada implementação das regras definidas pela Directiva de Solvência II.

Destacamos em concreto, para o ano de 2012, o desenvolvimento das seguintes medidas / actividades:

- Monitorização do programa de implementação de Solvência II e sua adaptação às novas exigências regulamentares previstas para o ano 2012;
- Desenvolvimento da implementação do projecto de continuidade de negócio, contemplando exercícios operacionais no *Business Continuity Site* (BCS);
- Formalização de Limites de Tolerância ao risco;
- Desenvolvimento e formalização de algumas políticas de risco, tais como: manual de corporate governance; política de *outsourcing*; política de segurança e acesso aos sistemas; política de segurança e acesso às instalações; política de investimentos; política de *pricing* e desenvolvimento de produtos;
- Adaptação das ferramentas existentes ao nível das exigências previstas para o cálculo do capital económico.

2.7. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, à imprescindível colaboração prestada pela BES-Vida e Tranquilidade, bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia T-Vida.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 8 de Março de 2012

O Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedrosa
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)



OB

Demonstrações Financeiras

Balço (Activo) de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e de 1 de Janeiro de 2010

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010	1 de Janeiro de 2010
		Valor Bruto	Imparidade Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	5 588		5 588	19 568	11 511
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos						
Activos financeiros detidos para negociação						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	315 583		315 583	379 476	312 211
Derivados de cobertura	6					1 434
Activos disponíveis para venda	6	203 263	-2 638	200 625	282 848	278 147
Empréstimos e Contas a Receber		172 982		172 982	143 876	103 657
Depósitos junto de empresas cedentes						
Outros depósitos	6	134 731		134 731	143 841	103 620
Empréstimos concedidos	6	34		34	35	37
Contas a receber						
Outros	6	38 217		38 217		
Investimentos a deter até à maturidade	6	107 679		107 679		
Terrenos e Edifícios						
Terrenos e edifícios de uso próprio						
Terrenos e edifícios de rendimento						
Outros activos tangíveis						
Inventários						
Goodwill						
Outros activos intangíveis	12	50 973	-13 070	37 903	40 065	42 134
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		1 419		1 419	1 008	6 430
Provisão para prémios não adquiridos						
Provisão matemática do ramo vida	4	586		586	414	5 977
Provisão para sinistros	4	155		155	273	134
Provisão para participação nos resultados	4	678		678	321	319
Provisão para compromissos de taxa						
Provisão para estabilização de carteira						
Outras provisões técnicas						
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23				12	20
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		2 497	-51	2 446	2 501	2 313
Contas a receber por operações de seguro directo	13	2 099	-51	2 048	1 648	1 481
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	238		238	79	431
Contas a receber por outras operações	13	160		160	774	401
Activos por Impostos		6 856		6 856	7 385	6 394
Activos por impostos correntes	24	229		229	433	197
Activos por impostos diferidos	24	6 627		6 627	6 952	6 197
Acréscimos e diferimentos	13	1 078		1 078	2 575	2 021
Outros elementos do activo	13	50 819		50 819	62 245	102 172
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas						
Total Activo		918 737	-15 759	902 978	941 559	868 444

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRECTOR-GERAL
Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e de 1 de Janeiro de 2010

(milhares de euros)

	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	1 de Janeiro de 2010
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Passivo				
Provisões Técnicas				
Provisão para prémios não adquiridos	4	1 467	1 266	999
Provisão matemática do ramo vida	4	313 242	342 735	332 257
Provisão para Sinistros				
De vida	4	6 152	5 711	6 159
Provisão para participação nos resultados	4	2 236	1 890	1 724
Provisão para compromissos de taxa				
Provisão para estabilização de carteira	4			189
Outras provisões técnicas				
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	424 691	515 597	438 999
Outros Passivos Financeiros				
		85 811	177	158
Derivados de cobertura				
Passivos subordinados				
Depósitos recebidos de resseguradores				
Outros	5 e 6	85 811	177	158
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	5		
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações				
		2 247	2 445	3 120
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	1 481	1 365	1 322
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	538	367	473
Contas a pagar por outras operações	13	228	713	1 325
Passivos por impostos				
		271	299	253
Passivos por impostos correntes	24	271	299	253
Passivos por impostos diferidos				
Acréscimos e diferimentos	13	3 785	4 559	3 511
Outras provisões	13	176	7	24
Outros passivos				
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda				
Total Passivo				
		840 083	874 686	787 393
Capital Próprio				
Capital	25	65 000	65 000	65 000
(Acções próprias)				
Outros instrumentos de capital	25	12 500	12 500	20 000
Reservas de Reavaliação				
		-25 774	-22 734	-12 975
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	-26 302	-23 862	-13 483
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio				
Por revalorização de activos intangíveis				
Por revalorização de outros activos tangíveis				
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	26	528	1 128	508
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira				
De diferenças de câmbio				
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	6 533	5 874	3 234
Outras reservas	26	1 557	1 054	526
Resultados transitados	35	66	39	5 266
Resultado do exercício		3 013	5 140	
Total Capital Próprio				
		62 895	66 873	81 051
Total Passivo e Capital Próprio				
		902 978	941 559	868 444

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRECTOR-GERAL
Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		31 722		31 722	36 662
Prémios brutos emitidos	14	34 373		34 373	58 637
Prémios de resseguro cedido	14	-2 450		-2 450	-21 727
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-201		-201	-248
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	659		659	838
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	-62 284		-62 284	-43 713
Montantes pagos		-61 653		-61 653	-44 300
Montantes brutos		-62 174		-62 174	-46 995
Parte dos resseguradores		521		521	2 695
Provisão para sinistros (variação)		-631		-631	587
Montante bruto		-513		-513	448
Parte dos resseguradores		-118		-118	139
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4				189
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro	4	30 026		30 026	7 500
Montante bruto		29 854		29 854	-9 822
Parte dos resseguradores		172		172	17 322
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	-1 698		-1 698	-1 790
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	-8 220		-8 220	-9 328
Custos de aquisição		-5 874		-5 874	-6 690
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-26		-26	-32
Gastos administrativos		-3 107		-3 107	-3 120
Comissões e participação nos resultados de resseguro		787		787	514
Rendimentos	16	19 359	192	19 551	13 158
De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		17 770	192	17 962	12 262
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		1 589		1 589	896
Gastos Financeiros	16	-1 662	-12	-1 674	-463
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		-1 662	-12	-1 674	-463
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas	17 e 18	-7 389	-51	-7 440	3 536
De activos disponíveis para venda		-6 012	-51	-6 063	4 462
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade		107		107	
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5	-2 084		-2 084	-1 998
De outros		600		600	1 072
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas		5 492		5 492	945
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	17 e 18	7 511		7 511	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	-2 019		-2 019	945
Diferenças de câmbio	19	-10		-10	-457
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)		-2 128	262	-1 866	354
De activos disponíveis para venda	6	-2 128		-2 128	390
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		262	262	-36
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-8		-8	-23
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/gastos	20		-183	-183	-371
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido antes de Impostos		3 859	208	4 067	7 037
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-59	-59	-97
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		-995	-995	-1 800
Resultado Líquido do Exercício		3 859	-846	3 013	5 140
Resultado por Acção (em euros)	27			0,05	0,08

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRECTOR-GERAL
Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



04

Demonstração do Rendimento Integral

04

Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Resultado líquido do exercício	3 013	5 140
Varição de justo valor dos activos financeiros e de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-3 040	-9 759
Varição dos impostos correntes e diferidos	659	2 640
Desvios actuariais reconhecidos nas reservas	-10	1
Total do Rendimento Integral	622	-1 978



05

Mapa de Variação de Capitais Próprios

05

Mapa de Variação de Capitais Próprios

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

	Outros Instrumentos de Capital		Reservas de Reavaliação		Outras Reservas			Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
	Capital Social	Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	De Instrumentos de Cobertura em Coberturas de Fluxos de Caixa	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanco a 31 Dezembro 2009 (balanco de abertura)	65 000	20 000	-13 483	508	3 234	542	0	0	5 266	81 067
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)							-16			-16
Balanco a 1 Janeiro 2010 (balanco de abertura alterado)	65 000	20 000	-13 483	508	3 234	542	-16	5 266	0	81 051
Devolução de prestações suplementares		-7 500								-7 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-10 379							-10 379
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa				620						620
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					2 640					2 640
Desvios actuariais reconhecidos nas reservas							1			1
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						527		-527		0
Distribuição de lucros								-4 700		-4 700
Total das Variações do Capital Próprio	0	-7 500	-10 379	620	2 640	527	1	-5 227	0	-19 318
Resultado líquido do período									5 140	5 140
Balanco a 31 de Dezembro 2010	65 000	12 500	-23 862	1 128	5 874	1 069	-15	39	5 140	66 873
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-2 440							-2 440
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa				-600						-600
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					659					659
Desvios actuariais reconhecidos nas reservas							-10			-10
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						513		-513		0
Distribuição de lucros								-4 600		-4 600
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								5 140	-5 140	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	0	-2 440	-600	659	513	-10	27	-5 140	-6 991
Resultado líquido do período									3 013	3 013
Balanco a 31 de Dezembro 2011	65 000	12 500	-26 302	528	6 533	1 582	-25	66	3 013	62 895



06

Demonstração de Fluxos de Caixa

06

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Fluxos de Caixa de Actividades Operacionais	72 406	54 652
Resultado líquido do exercício	3 013	5 140
Depreciações e amortizações do exercício	2 372	2 313
Variação das provisões técnicas de seguro directo	-28 505	10 274
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-411	5 422
Variação de outras provisões	168	-17
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	56	-188
Variação de outros activos e passivos por impostos	501	-945
Variação de outros activos e passivos	95 409	33 328
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-197	-675
Fluxos de Caixa de Actividades de Investimento	-81 786	-34 395
Variação de investimentos	-100 966	-45 481
Dividendos recebidos	-	62
Juros	19 390	11 269
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-210	-245
Fluxos de Caixa de Actividades de Financiamento	-4 600	-12 200
Distribuição de dividendos	-4 600	-4 700
Subscrição de capital/Prestações acessórias	-	-7 500
Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	-13 980	8 057
Caixa e equivalentes no início do período	19 568	11 511
Caixa e equivalentes no fim do período	5 588	19 568



07

Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

Nota 1 - Informações Gerais

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de Julho de 2006 tendo como objectivo desenvolver autonomamente a actividade do ramo vida, com início em 1 de Agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 1 de Agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A Companhia tem sede social na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 507684486 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. A Companhia prossegue o exercício da actividade de seguros Vida sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), mediante a autorização nº 1165.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 - Informação por Segmentos

A T-Vida explora o ramo de seguros vida, para o qual foi autorizada pelo ISP e, apesar de dispor de uma gama variada de produtos, a sua estratégia assenta essencialmente na oferta de Soluções de Protecção e Reforma para os segmentos de clientes Particulares e Empresas.

A sua política e regras de subscrição são definidas, tendo por objectivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objecto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio. De salientar o bom desempenho apresentado pelos seguros de vida risco, (+0,4%), num contexto de forte retracção do mercado de crédito, o que consolida a estratégia da T-Vida em orientar-se para soluções de Protecção/Previdência.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, do segmento de negócio, é como segue:

(milhares de euros)

2011	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	34 373	20 945	13 428	-
Comissões de contratos de investimento	659	-	-	659
Prémios brutos adquiridos	34 172	20 744	13 428	-
Resultado dos investimentos	13 662	5 148	7 556	958
Custos com sinistros brutos	62 687	13 744	48 943	-
Variação da provisão matemática	29 854	1 959	27 895	-
Participação nos resultados	-1 698	-1 034	-664	-
Custos de exploração brutos	9 007	5 207	2 759	1 041
Saldo de resseguro	-1 088	-1 088	-	-
Resultado técnico	3 859	6 770	-3 487	576
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	756 336	82 705	303 069	370 562
Provisões técnicas	323 097	89 721	233 376	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	424 691	-	-	424 691

(milhares de euros)

2010	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	58 637	20 431	38 206	-
Comissões de contratos de investimento	838	-	-	838
Prémios brutos adquiridos	58 389	20 183	38 206	-
Resultado dos investimentos	16 919	2 941	13 997	-19
Custos com sinistros brutos	46 547	14 148	32 399	-
Variação da provisão matemática	-9 822	4 092	-13 914	-
Participação nos resultados	-1 790	-1 167	-623	-
Custos de exploração brutos	9 842	4 074	3 850	1 917
Saldo de resseguro	-1 057	-1 057	-	-
Resultado técnico	7 254	6 936	1 416	-1 098
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	865 317	85 099	328 569	451 649
Provisões técnicas	351 602	91 902	259 700	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	515 597	-	-	515 597

Nota 3 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da T-Vida agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards (IFRS)* em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2011, a T-Vida adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Tranquilidade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas utilizadas pela T-Vida na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta Nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2011 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 8 de Março de 2012.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.
- Activos financeiros detidos até à maturidade, que inclui activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos

contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os activos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

A Companhia adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras a Companhia não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de justo valor

Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda

e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O *VIF* corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação existentes como locações operacionais, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações, dado que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos activos não são transferidos para o locatário.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a T-Vida cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro cedido.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no activos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados

relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Conforme referido acima, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, optou por uma alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios actuariais passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua actividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão matemática de contratos vida, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas e (iv) provisão para estabilização de carteira e (v) provisão para prémios não adquiridos.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Alteração de políticas contabilísticas

Até 31 de Dezembro de 2010, a T-Vida procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do fundo eram registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente dos colaboradores no activo.

De acordo com uma das opções previstas no IAS 19 Benefícios a empregados, a Tranquilidade optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas.

De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentado para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em reservas. Nessa base, a rubrica Outras reservas inclui, com efeito a 1 de Janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração. Decorrente desta opção foram igualmente desreconhecidos os efeitos em resultados resultantes da amortização anual dos desvios actuariais do método anterior.

O resumo dos impactos no balanço, tendo em atenção apenas as rubricas que alteram, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Após Alteração Política		Antes Alteração Política		Efeito	
	31 Dez 2010	1 Jan 2010	31 Dez 2010	1 Jan 2010	31 Dez 2010	1 Jan 2010
No Balanço						
- Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	20	27	36	-15	-16
Total do Activo	12	20	27	36	-15	-16
- Outras reservas	1 054	526	1 069	542	-15	-16
- Resultados transitados	39	-	39	-	-	-
- Resultado do exercício	5 140	5 266	5 140	5 266	-	-
Total do Capital Próprio	6 233	5 792	6 248	5 808	-15	-16
Total do Passivo e Capital Próprio	6 233	5 792	6 248	5 808	-15	-16

Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e de Investimento

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro e de Investimento

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um

contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos activos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento colectivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que reflectem o justo valor dos activos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquirido.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do ISP, como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até Dezembro 1997	GKM 80	4%
De Janeiro 1998 a Junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de Julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após Março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004 (**)	GKM 80	2% e 2,75%
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de Julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de Outubro de 2006	GKF 95	3%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
Seguros em caso de Morte (*)		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Seguros Mistos (*)		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2011.

As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respectivo efeito é abatido às mesmas.

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para

sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo e em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

As metodologias que suportam o cálculo das provisões, não sofreram qualquer alteração relativamente aos métodos e pressupostos do ano anterior.

Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo reflectida no passivo e a respectiva variação anual reflectida na conta de ganhos e perdas pode ser analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Tradicionalis	1 467	1 266	201	248
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	1 467	1 266	201	248

A provisão para sinistros de seguro directo reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Tradicionalis	2 662	2 536	126	-454
Capitalização com participação nos resultados	3 490	3 175	315	6
Total	6 152	5 711	441	-448

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 35 milhares de euros (2010: 34 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, para produtos exclusivamente de risco, é analisado como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2010 (1)	Sinistros* Pagos em 2011 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2011 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Vida	2 536	953	1 721	138

* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores

Os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação às responsabilidades efectivas da Companhia.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Tradicionalis	155	273	-118	139
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	155	273	-118	139

A provisão para participação nos resultados reflectida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2011 e 2010:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	1 890	1 724
Varição participação atribuída	1 698	1 790
Pagamentos	-1 017	-1 000
Incorporação em provisão matemática	-335	-624
Saldo em 31 de Dezembro	2 236	1 890

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efectuado apólice a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco de apólices de grupo, os valores são calculados de acordo com a Conta de Participação nos Resultados definida em cada apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido reflectida no activo apresentou a seguinte evolução em 2011 e 2010:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	321	319
Varição participação atribuída	784	455
Recebimentos	-427	-453
Saldo em 31 de Dezembro	678	321

A provisão matemática reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2011 e 2010, é analisada como segue:

(milhares de euros)				
	2011		2010	
Saldo em 1 de Janeiro	342 735	332 257		
Varição do ano	-29 828	9 854		
Incorporação de participação nos resultados	335	624		
Saldo em 31 de Dezembro	313 242	342 735		

A provisão matemática de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Tradicional	586	414	172	20
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	17 302
Total	586	414	172	17 322

Em 2010 os tratados de resseguro para produtos de capitalização com participação nos resultados terminaram, pelo que a provisão matemática associada desse ano e posteriormente é nula.

A provisão para estabilização de carteira reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Tradicional	-	-	-	-189
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	-	-	-	-189

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo vida, o risco pode ser subdividido em:

- Risco de Mortalidade: risco de perdas provocadas pelo aumento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Longevidade: risco de perdas provocadas pela diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Descontinuidade: risco de perdas provocadas pelo aumento/diminuição (consoante seja o mais oneroso) das anulações face ao esperado;
- Risco de Despesas: risco de perdas pelo aumento das despesas face ao previsto;
- Risco de Invalidez: risco de perdas por aumento da taxa de invalidez real face à estimada;
- Risco Catastrófico: risco de perdas por ocorrência de um evento catastrófico que afecte os contratos dos seguros de Vida.

Para o efeito, importa salientar que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

A T-Vida pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais.

O programa de resseguro em 2011 é constituído por Tratados proporcionais, em Quota-Parte e Excedente, e um Tratado Não proporcional em Excedente de Perdas para protecção Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Quota parte + Excedente
Vida Grupo	Excedente
Vida Crédito Individual	Excedente
Vida Catástrofes	Excesso de perdas (XL)
Vida (Protecção Prémios)	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, foi realizada para os riscos de Mortalidade e de Despesas, com as perdas esperadas pela aplicação de cenários de choque a serem descritas em seguida:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2011	2010
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-898	-1 016
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados	-4 946	-1 133

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela T-Vida, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, acresce ainda referir que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efectiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Em 2011 não existem activos/passivos sujeitos a este risco.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2011	2010
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-	-387

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2011	2010
Acções	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-349	-759

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A exposição a este risco provém apenas de fundos de investimento imobiliário.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2011	2010
Imóveis (FII)	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-243	-249

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

De seguida apresentam-se os valores das análises de sensibilidade a este risco:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2011	2010
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos activos	7 104	7 280
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos activos	-6 813	-6 896

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2011	2010
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-1 265	-3 643
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	1 213	3 198

Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

(milhares de euros)

Rating	2011		2010	
	%	Valor	%	Valor
AAA	13%	40 629	3%	9 003
AA	8%	24 836	7%	26 028
A	19%	58 031	65%	230 691
BBB	23%	70 360	19%	67 233
BB	37%	115 675	6%	20 309
B	0%	1 110	0%	-
CCC	0%	1 041	0%	-
Total	100%	311 682	100%	353 264

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

		(milhares de euros)					
Sector de Actividade	2011			2010			
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade	
Recursos básicos	0%	-	-	1%	8 866	-	
Comunicações	2%	12 721	-	0%	-	-	
Bens consumíveis (cíclico)	0%	-	-	0%	-	-	
Bens consumíveis (não-cíclico)	0%	2 842	-	2%	10 907	-	
Energia	0%	101	-	1%	5 949	-	
Financeiro	22%	138 992	-	36%	241 492	-	
Fundos	50%	312 775	-570	47%	309 569	-510	
Dívida pública	21%	134 685	-2 068	8%	55 138	-	
Industrial	1%	5 358	-	0%	2 760	-	
Medicina	0%	-	-	0%	-	-	
Tecnologia	0%	206	-	0%	-	-	
Serviços públicos / colectivos	3%	16 489	-	4%	24 813	-	
Outros	0%	2 356	-	1%	3 340	-	
Total	100%	626 525	-2 638	100%	662 834	-510	

Os valores englobam as rubricas de Activos financeiros detidos para negociação, Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Derivados de Cobertura e Activos disponíveis para venda.

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de não existirem activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que elas se vençam.

De forma a avaliar e mitigar esse risco e conforme se encontra estipulado na Política de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, a Companhia efectua trimestralmente, para os doze meses seguintes, um plano de tesouraria numa base mensal, sendo o mesmo ajustado em função das necessidades existentes ou dos excedentes de capital verificados.

A análise de maturidade dos activos financeiros e não financeiros, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

2011	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	23 067	212 706	5 275	171 105	68 846	323 904	804 903
Passivos financeiros	2 363	85 512	183	-	-	424 691	512 749
Líquido	20 704	127 194	5 092	171 105	68 846	-100 787	292 154

(milhares de euros)

2010	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	19 567	159 604	99 714	104 898	124 930	319 556	828 269
Passivos financeiros	177	1 983	462	-	-	515 597	518 219
Líquido	19 390	157 621	99 252	104 898	124 930	-196 041	310 050

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

No que diz respeito à cobrança de prémios de seguros, a evolução dos montantes em dívida bem como a sua antiguidade é regularmente monitorizada.

Na selecção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os ratings e efectuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação já existentes ou a desenvolver na T-Vida face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na T-Vida para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, outsourcing, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a T-Vida se encontra sujeita;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a T-Vida apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções da T-Vida (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respectivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na T-Vida encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP nº 14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a T-Vida dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direcção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detectadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas correctivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A T-Vida monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem estimada apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	22 143	22 211
Margem de Solvência a Constituir	19 100	20 592
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	18 203	19 633
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	544	664
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	353	295
Fundo de garantia mínimo legal	3 500	3 500
Excesso/Insuficiência da Margem de Solvência	3 043	1 619
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	115,9%	107,9%

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2011	2010
Sinistros/ Prémios (IFRS 4)	181,5%	79,4%
Benefícios pagos/ Depósitos recebidos (IAS 39)	255,9% ^{a)}	80,8% ^{b)}
Custos de aquisição/ (Prémios + Depósitos recebidos)	12,4%	7,1%
Custos administrativos / (Prémios + Depósitos recebidos)	6,6%	3,3%

a) Exclui 71 249 milhares de euros relativos ao resgate da operação de capitalização, realizado em 2011.

b) Exclui 70 000 milhares de euros relativos à operação de capitalização afecta ao canal bancário, realizada em 2010.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa. Para cada produto novo são efectuadas análises de viabilidade futura.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos actuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

Nota 5 – Passivos por Contratos de Investimento e Outros Passivos Financeiros

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

(milhares de euros)					
	Financieros sem Participação nos Resultados	Unit Links	PPR Unit Links	OCA's Unit Link	Total
Saldos a 31 de Dezembro de 2009	55 153	13 290	63 027	307 529	438 999
Passivos adicionais do período,					
líquido de comissões	24 688	1 038	9 948	70 000	105 674
Montantes pagos	-13 043	-5 981	-10 278		-29 302
Juros técnicos	1 744	397	1 003	-2 918	226
Saldos a 31 de Dezembro de 2010	68 542	8 744	63 700	374 611	515 597
Passivos adicionais do período,					
líquido de comissões	9 603	905	2 272	-	12 780
Montantes pagos	-16 209	-1 996	-14 966	-71 249	-104 420
Juros técnicos	2 037	-212	-691	-400	734
Saldos a 31 de Dezembro de 2011	63 973	7 441	50 315	302 962	424 691

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2011			2010		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	4 954	-4 402	552	11 279	-7 930	3 349
Capitalização	2 410	-1 798	612	11 017	-7 283	3 734
PPR	2 544	-2 604	-60	262	-647	-385
Valorizados ao Custo Amortizado	-	-2 084	-2 084	-	1 998	-1 998
Capitalização	-	-555	-555	-	-639	-639
PPR	-	-1 529	-1 529	-	-1 359	-1 359
Total	4 954	-6 486	-1 532	11 279	-9 928	1 351

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Outros passivos financeiros		
Derivados	-	177
Acordos de recompra - Valores a pagar	85 811	-
Valor de Balanço	85 811	177

Os valores de Derivados encontram-se analisados na Nota 6.

Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Activos financeiros disponíveis para venda	200 625	282 848
Depósitos a prazo	134 731	143 841
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	315 583	379 476
Activos financeiros detidos até à maturidade	107 679	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	758 618	806 165

Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 334	-
De outros emissores	7 963	80 500
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	306 286	298 976
Valor de Balanço	315 583	379 476
Valor de aquisição	323 358	384 384

A Companhia possuiu nesta tipologia em 2011 e 2010, instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, como segue:

(milhares de euros)		
Tipo de Risco	Valor de Balanço	
	2011	2010
Crédito estruturado	2 837	4 036
Derivado de crédito	3 591	3 663
Total	6 428	7 699

Activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	45 217	55 138
De outros emissores	149 489	217 626
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	5 919	10 084
Valor de Balanço	200 625	282 848

Estão incluídos em 2011 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Activos disponíveis para venda, no valor de 56 735 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	59 696	-4 558	-	55 138
De outros emissores	236 944	-19 318	-	217 626
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	10 580	14	-510	10 084
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	307 220	-23 862	-510	282 848
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	47 414	-129	-2 068	45 217
De outros emissores	170 322	-20 833	-	149 489
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	6 957	-468	-570	5 919
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	224 693	-21 430	-2 638	200 625

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	510	17 391
Dotações do exercício	2 128	510
Anulações do exercício por venda de activos	-	-16 491
Reversões do exercício	-	-900
Saldo em 31 de Dezembro	2 638	510

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respectivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-2 068	900
Acções e outros títulos de rendimento variável	-60	-510
Total	-2 128	390

Activos financeiros detidos para negociação

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)			
	2011		2010	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados - Forward de moeda	-	-	-177	4 444
Valor de Balanço	-	-	-177	4 444

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas.

Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efectuou alguns contratos de cobertura cambial para os respectivos investimentos em divisas. Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*.

Dado que estes contratos apresentam em 2010 um justo valor negativo, o mesmo é apresentado no Passivo, em Outros passivos financeiros - Outros.

Investimentos a deter até à maturidade

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	86 066	-
De outros emissores	21 613	-
Valor de Balanço	107 679	-
Valor de balanço (sem juro decorrido)	106 165	-
Valor de aquisição	104 021	-
Valor de mercado	87 841	-

Estão incluídos em 2011 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 47 339 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	-	-	-
De outros emissores	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	86 066	-	86 066
De outros emissores	21 613	-	21 613
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	107 679	-	107 679

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 93 400 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Na Data de Transferência							
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos Cash Flows Futuros ^(a)	Taxa Efectiva ^(b)	Valor de Mercado em 31.12.2011	Reserva de Justo Valor Amortizada até 31.12.2011
			Positiva	Negativa				
De activos financeiros disponíveis para venda	98 387	93 400	-	-6 096	119 639	7,0%	77 391	-1 224

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

(milhares de euros)

	2011
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	
Impacto no capital próprio	
- Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-18 260
- Reserva por impostos diferidos	5 295
Total	-12 965

Derivados de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2009, a Companhia detinha instrumentos financeiros de cobertura, que visavam a cobertura de fluxos de caixa. Para o efeito, celebrou contratos designados de *swaps* de taxa de juro, i.e., contratos em que uma série de fluxos financeiros, numa dada moeda, determinados pela taxa de juro, são trocados durante um período predefinido.

No caso concreto, os contratos celebrados tiveram como propósito a troca de juro de taxa variável por juro de taxa fixa, com o objectivo de protecção face alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro, incutidas na formação da taxa de juro das obrigações de taxa variável, detidas pela Companhia.

Durante o exercício de 2010, a Companhia procedeu ao término dos referidos contratos de cobertura, mantendo em alguns casos, os activos de taxa variável sobre os quais os riscos de fluxos de caixa estavam cobertos.

As quantias reconhecidas em 2011 e 2010 em Capital Próprio, com origem directa nos derivados de cobertura estabelecidos, foram os seguintes:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Ganhos e perdas	600	1 682
Reserva de reavaliação	-600	620
Total Reconhecido em Capital Próprio	-	2 302
Valor nocional	-	-

Os valores registados em Ganhos e Perdas foram contabilizados na rubrica de Rendimentos de Investimentos e ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados.

Os valores registados na Reserva de Reavaliação, contabilizados na rubrica “Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa”, totalizavam a 31 de Dezembro de 2011 o valor de 528 milhares de euros e encontram-se a ser desconhecidos prospectivamente, de acordo com os requisitos do IAS 39.

A IAS 39 exige que a eficácia da cobertura seja avaliada, tanto prospectiva como retrospectiva.

A Companhia procedeu aos referidos testes de efectividade da cobertura, em 2010, nos períodos de reporte intercalares e de final de exercício, enquanto os contratos se encontravam em carteira, não tendo sido apuradas ineficiências.

Outros activos financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros activos conforme segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Empréstimos concedidos	34	35
Acordos de revenda - Valores a receber	38 217	-
Total de Outros Activos Financeiros	38 251	35

O montante de empréstimos concedidos refere-se a empréstimos sobre apólices.

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
	2011		2010	
	Valor Justo	Valor Balanço	Valor Justo	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 588	5 588	19 568	19 568
Empréstimos e contas a receber	172 982	172 982	143 876	143 876
Investimentos a deter até à maturidade	89 355	107 679	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 446	2 446	2 501	2 501
Activos Financeiros ao Custo Amortizado	270 371	288 695	165 945	165 945
Passivos financeiros de contratos de investimento	52 381	63 973	50 361	68 542
Outros passivos financeiros	85 811	85 811	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 247	2 247	2 445	2 445
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	140 439	152 031	52 806	70 987

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa mínima garantida.

Todos os outros activos e passivos, tendo em conta que são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

Metodologias de valorização

O valor dos activos e passivos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

(milhares de euros)				
2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e unidades de participação	312 205	-	-	312 205
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	256 613	55 069	-	311 682
Derivados	-	-	-	-
Total Activos Financeiros	568 818	55 069	-	623 887
Passivos produtos <i>unit linked</i>	-	360 718	-	360 718
Derivados	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	360 718	-	360 718

(milhares de euros)

2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e unidades de participação	309 060	-	-	309 060
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	292 986	60 278	-	353 264
Derivados	-	-	-	-
Total Activos Financeiros	602 046	60 278	-	662 324
Passivos produtos <i>unit linked</i>	-	447 055	-	447 055
Derivados	-	177	-	177
Total Passivos Financeiros	-	447 232	-	447 232

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1 - Activos ou Passivos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2 - Activos ou Passivos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Activos ou Passivos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Exposição à dívida soberana

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente / Carteira	31 de Dezembro de 2011					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média (Anos)	Nível de Valorização
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	5 308	5 308	-153	4,9%	1	1
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 334	1 334	-	1,1%	1	1
Investimentos a deter até à maturidade	79 062	63 574	-	2,8%	3	-
	85 704	70 216	-153			
Grécia						
Activos financeiros disponíveis para venda	1 041	1 041	-	5,1%	2	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	1 041	1 041	-			
Irlanda						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	911	925	-	4,6%	4	-
	911	925	-			
Total	87 656	72 182	-153			

Emitente / Carteira	31 de Dezembro de 2010					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média (Anos)	Nível de Valorização
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	49 896	49 896	-3 641	4,1%	6	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	49 896	49 896	-3 641			
Grécia						
Activos financeiros disponíveis para venda	2 800	2 800	-683	5,0%	3	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	2 800	2 800	-683			
Irlanda						
Activos financeiros disponíveis para venda	1 387	1 387	-210	4,4%	4	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	1 387	1 387	-210			
Total	54 083	54 083	-4 534			

Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Caixa	1	1
Depósitos em Instituições de Crédito	5 587	19 567
Total	5 588	19 568

	(milhares de euros)				
	2011				Total
	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afectos	
Caixa e equivalentes	4 195	4	535	854	5 588
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2 837	-	312 746	-	315 583
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	188 445	32	4 499	7 649	200 625
Empréstimos concedidos e contas a receber	170 461	-	-	2 521	172 982
Investimentos a deter até à maturidade	104 482	-	1 648	1 549	107 679
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	50 819	49 702	100 521
Total	470 420	36	370 247	62 275	902 978

Nota 11 - Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

(milhares de euros)

	2010				Total
	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afectos	
Caixa e equivalentes	10 046	295	165	9 062	19 568
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	4 036	-	375 440	-	379 476
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	270 654	43	10 606	1 545	282 848
Empréstimos concedidos e contas a receber	133 494	-	9 910	472	143 876
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	62 245	53 546	115 791
Total	418 230	338	458 366	64 625	941 559

Nota 12 - Activos Intangíveis

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 3 anos para o *software* e os outros activos intangíveis, e sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O Value in force corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este activo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

O saldo das rubricas dos Outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Outros Intangíveis	50 973	50 767
Value in force	50 000	50 000
Software	436	436
Outros	537	331
Amortizações Acumuladas	-13 070	-10 702
Imparidades	-	-
Total	37 903	40 065

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Value in Force	Software	Outros	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	41 850	277	7	42 134
Adições	-	3	242	245
Amortizações do exercício	-2 172	-142	-	-2 314
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	39 678	138	249	40 065
Adições	-	-	210	210
Amortizações do exercício	-2 234	-138	-	-2 372
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	37 444	-	459	37 903

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Total de Amortizações do Exercício	2 372	2 314
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	119	115
Custos e Gastos de Exploração Líquidos		
Custos de aquisição	356	347
Gastos administrativos	1 897	1 852
Gastos Financeiros		
Outros	-	-

Nota 13 - Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Activo Bruto	2 099	1 961
Tomadores de seguro (recibos por cobrar)	1 155	1 232
Mediadores de seguro	759	469
Co-seguradoras	185	260
Ajustamentos	-51	-313
Recibos por cobrar	-51	-313
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Activo Líquido	2 048	1 648

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Activo Bruto	238	79
Resseguradores	238	79
Ressegurados	-	-
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Activo Líquido	238	79

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Activo Bruto	160	774
Entidades relacionadas	56	643
Pessoal	24	8
Outros valores a receber	80	123
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Activo Líquido	160	774

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e reflectido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	313	277
Dotações do exercício	-	36
Utilizações do exercício	-262	-
Saldo em 31 de Dezembro	51	313

O saldo do activo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Acréscimos de Rendimentos	656	2 161
Rendimentos financeiros de resseguro cedido	656	2 161
Gastos Diferidos	422	414
Custos de aquisição	422	414
Total	1 078	2 575

O saldo do activo de Outros elementos do activo diz respeito a contratos de investimento comercializados pela T-Vida, mas cujos activos são geridos operacionalmente pela BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A e é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	62 245	102 172
Depósitos recebidos	2 723	10 350
Benefícios pagos	-13 405	-14 483
Juro técnico do exercício	-744	1 149
Saída de carteira	-	-36 943
Saldo em 31 de Dezembro	50 819	62 245

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	164	146
Mediadores de seguro	-	-
- Comissões a pagar	-	-
- Contas correntes	1 148	1 039
Co-seguradoras	169	180
Total	1 481	1 365

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Resseguradores	538	367
Ressegurados	-	-
Total	538	367

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Comissões de gestão	-	266
Entidades relacionadas	3	4
Pessoal	14	16
Outros valores a pagar	211	427
Total	228	713

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Rendimentos Diferidos	-	-
Acréscimo de Custos	3 785	4 559
- Custos com pessoal (subsídios e encargos)	253	465
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	972	1 100
- Fornecimentos e serviços externos	830	493
- Serviços prestados empresas relacionadas	-	580
- Comissões canal bancário	1 730	1 921
Total	3 785	4 559

Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios de contratos de seguro são analisados como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Vida						
Tradicionalis	20 945	20 431	201	248	20 744	20 183
Capitalização com part. resultados	13 428	38 206	-	-	13 428	38 206
Total	34 373	58 637	201	248	34 172	58 389

A indicação de alguns valores do ramo vida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Directo	34 373	58 637
Relativos a contratos individuais	24 136	44 568
Relativos a contratos de grupo	10 237	14 069
	34 373	58 637
Periódicos	24 075	23 242
Não periódicos	10 298	35 395
	34 373	58 637
De contratos sem participação nos resultados	18 353	27 072
De contratos com participação nos resultados	16 020	31 565
	34 373	58 637
Saldo de Resseguro	-1 088	-1 057

Nota 15 – Comissões Recebidas de Contratos de Seguro

Nos contratos de seguro emitidos pelo Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

São classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição e de gestão dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

Nota 16 - Rendimentos/Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Juros	19 551	12 486
Activos financeiros disponíveis para venda	6 296	10 044
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 589	896
Activos financeiros detidos até à maturidade	3 701	-
Depósitos, empréstimos e outros activos	7 965	1 546
Dividendos	-	62
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	62
Derivados	-	610
Total	19 551	13 158

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3 075	1 765
De outros emissores	9 993	9 175
Acções	-	62
Derivados	-	610
Depósitos	6 483	1 546
Total	19 551	13 158

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Custos imputados à função investimentos	404	463
Juros de acordos de recompra	1 270	-
Total	1 674	463

Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos financeiros, segregadas pelas respectivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)						
	2011			2010		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo						
Valor por Resultados	1 180	-7 136	5 956	8 762	-4 300	4 462
Activos financeiros disponíveis para venda	1 073	-7 136	-6 063	8 762	-4 300	4 462
Investimentos a deter até à maturidade	107	-	107	-	-	-
Financeiros - Ao justo						
Valor por Resultados	8 186	-149	8 037	1 163	-270	893
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	75	-149	-74	91	-270	-179
Activos financeiros detidos para negociação	7 511	-	7 511	-	-	-
Derivados de cobertura	600	-	600	1 072	-	1 072
Total	9 366	-7 285	2 081	9 925	-4 570	5 355

Nota 18 - Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2011			2010		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-2 497	-2 497	123	-2 348	-2 225
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Total	-	-2 497	-2 497	123	-2 348	-2 225

Nota 19 - Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)						
	2011			2010		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1 289	-1 004	285
Activos financeiros detidos para negociação	7	-17	-10	273	-1 015	-742
Total	7	-17	-10	1 562	-2 019	-457

Nota 20 - Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Outros Rendimentos Técnicos	13	6
Comissões de gestão de co-seguro	13	6
Outros	-	-
Outros Gastos Técnicos	21	29
Comissões de gestão de co-seguro	8	7
Outros	13	22
Valor do Ganhos e Perdas	-8	-23

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Outros Rendimentos Não Técnicos	99	114
Correcções e acertos	19	-
Outros ganhos	80	114
Outros Gastos Não Técnicos	282	485
Donativos	-	5
Ofertas a clientes	2	235
Quotizações diversas	-	8
Insuficiência de estimativa de imposto	-	211
Serviços bancários e juros de mora	43	26
Outros gastos	237	-
Valor do Ganhos e Perdas	-183	-371

Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos de administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

(milhares de euros) (%)

2011	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	116	9%	621	48%	518	40%	39	3%	1 294	100%
Fornecimentos e serviços externos	120	4%	2 141	73%	617	21%	40	1%	2 918	100%
Impostos	-	0%	14	61%	-	0%	9	39%	23	100%
Amortizações	119	5%	356	15%	1 897	80%	-	0%	2 372	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	316	100%	316	100%
Total	355	5%	3 132	45%	3 032	44%	404	6%	6 923	100%

(milhares de euros) (%)

2010	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	150	9%	801	48%	668	40%	50	3%	1 669	100%
Fornecimentos e serviços externos	104	4%	2 238	76%	549	19%	35	1%	2 926	100%
Impostos	-	0%	49	62%	-	0%	30	38%	79	100%
Amortizações	115	5%	347	15%	1 851	80%	-	0%	2 313	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	348	100%	348	100%
Total	369	5%	3 435	47%	3 068	42%	463	6%	7 335	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Combustíveis	32	31
Material de escritório, impressos e outros	1	2
Artigos para oferta	19	12
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	11	1
Manutenção de equipamento informático	57	-
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	35	70
Despesas de deslocação e representação	42	39
Correios	92	153
Seguros	8	9
Publicidade e marketing	547	481
Outsourcing, consultorias e trabalhos especializados	161	232
Serviços e desenvolvimentos informáticos	341	275
Quotizações APS	27	4
Cobrança de prémios	86	88
Exames médicos	75	76
Comissões	763	998
Clube mediador	98	107
Prestação de serviços operacionais	295	289
Outros serviços e fornecimentos diversos	228	59
Total	2 918	2 926

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Taxa para o ISP	23	79
Total	23	79

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Intangível - Value in force	2 234	2 172
Equipamentos e aplicações informáticas	138	141
Total	2 372	2 313

O montante dos Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Comissões de guarda, gestão títulos e outras comissões	316	348
Total	316	348

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	-1 007	-1 315
Custos imputados	-3 132	-3 435
Outros custos de aquisição	-1 735	-1 940
Custos de aquisição diferidos (variação)	-26	-32
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	-75	-52
Custos imputados	-3 032	-3 068
Comissões e participação nos resultados de resseguro	787	514
Total	-8 220	-9 328

Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2011	2010
Direcção	2	2
Quadro técnico	14	13
Quadro técnico-administrativo	1	2
Total	17	17

O montante das Despesas com pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Remunerações - Órgãos sociais	215	675
Remunerações - Pessoal	834	775
Encargos sobre remunerações - Órgãos sociais	15	4
Encargos sobre remunerações - Pessoal	170	157
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	7	9
Seguros obrigatórios	16	17
Gastos de acção social	33	29
Outros custos com pessoal	4	2
Total	1 294	1 669

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos "Colaboradores com funções-chave" são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários facturados durante o exercício de 2011 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas perfizeram o montante de 18 milhares de euros.

Nota 23 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

Pensões de reforma

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez e morte nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até admitidos até 22 de Junho de 1995.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade ("settlement") durante o ano de 2012.

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não irá ter qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efectiva do plano.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na T-Vida é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2011.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2011 e 2010, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2011	2010
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25% - 3,75% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,75% - 3,75% (*)	0,75% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,40% - 4,94% (*)	5,15% - 4,73% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25%	2,25%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de Valorização Actuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2011	2010
Activos	4	4
Reformados	-	-
Total	4	4

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Activos/ (Responsabilidades) Líquidas Reconhecidas em Balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-181	-165
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	176	177
Activos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	-5	12

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Responsabilidades em 1 de Janeiro	165	155
Custo do serviço corrente	7	7
Custo dos juros	9	9
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-	-6
Responsabilidades em 31 de Dezembro	181	165

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	177	134
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	9	7
Ganhos e perdas actuariais	-10	-5
Transferências de outros fundos	-	41
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	176	177

A evolução dos desvios actuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	15	16
(Ganhos) e perdas actuariais		
- nas responsabilidades	-	-6
- nos activos do plano	10	5
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	25	15

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2011 e 2010, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
(Activos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	-12	21
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	-	-6
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	10	5
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	7	7
- Custo dos juros	9	9
- Rendimento esperado do fundo	-9	-7
Transferências de outros fundos	-	-41
(Activos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	5	-12

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Custo do serviço corrente	7	7
Custo dos juros	9	9
Rendimento esperado do fundo	-9	-7
Custos do Exercício	7	9

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Terrenos e edifícios	7 935	8 061
Acções e outros títulos de rendimento variável	12 645	8 502
Títulos de rendimento fixo	34 253	40 575
Depósitos em instituições de crédito	1 449	1 189
Devedores e credores do fundo	-226	-64
Juros a receber	595	819
Total	56 651	59 084

Os valores de activos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a associada T-Vida representa cerca de 0,31% (2010: 0,30%) do total do fundo.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades	-181	-165	-155	-110	-91
Saldo dos fundos	176	177	175	123	94
Responsabilidades (Sub)/Sobre Financiadas	-5	12	20	13	3

Nota 24 - Imposto Sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2011 e 2010 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29,00%, que corresponde à taxa nominal aprovadas à data do balanço. A Companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2008, 2010 e 2011 tendo havido lugar a apuramento de imposto diferido activo sobre estes valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2008	31 447	-15 972	15 475	2014
2010	5 317	-	5 317	2014
2011	942	-	942	2015
Total	37 706	-15 972	21 734	

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2011 e 2010 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2011		2010	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	210		388	
Retenção de imposto na fonte	1	146		129
Imposto sobre o valor acrescentado				1
Outros impostos e taxas		105		147
Contribuições para a segurança social	18	20	45	22
Total	229	271	433	299

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Activo		Passivo		Líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Investimentos	1 195	1 756			1 195	1 756
Prejuízos fiscais	5 432	5 196			5 432	5 196
Total	6 627	6 952	0	0	6 627	6 952

Os valores de 2011 e 2010 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para as IFRS.

Os impostos correntes e diferidos no exercício de 2011 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2011	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-11	-	-59	-70
Estimativa de IRC	-11		11	-
Imposto autónomo			-70	-70
Imposto Diferido	670	-	-995	-325
Investimentos	-653		92	-561
Prejuízos fiscais	1 323		-1 087	236
Total	659	-	-1 054	-395

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Resultado antes de impostos	4 067	7 037
Taxa de imposto	29,00%	29,00%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-1 179	-2 041
Dividendos excluídos da tributação	-	-18
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	22	175
Imposto diferido	174	-
Imposto autónomo	-70	-13
Imposto Corrente + Diferido	-1 054	-1 897

Nota 25 - Capital

O capital da T-Vida, de 65 milhões de euros representado por 65 milhões de acções de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A Companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 20 milhões de euros em 2006 e 45 milhões de euros em 2008.

Os valores registados em Outros instrumentos de capital de 12,5 milhões de euros, em 2011 e 2010, dizem respeito a prestações acessórias do accionista único.

Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Reserva desvios actuariais

De acordo com uma das opções previstas no IAS 19 Benefícios a empregados, a T-Vida optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentado para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em reservas. Nessa base, conforme referido na Nota 3, a rubrica Outras reservas inclui, com efeito a 1 de Janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração.

Em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009 as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares euros)		
	2011	2010	2009
Reservas de justo valor de activos financeiros e instrumentos de cobertura	-25 774	-22 734	-12 975
Reserva por impostos diferidos e correntes	6 533	5 874	3 234
Outras reservas	1 557	1 054	526
- Reserva legal	1 582	1 069	542
- Reserva desvios actuariais	-25	-15	-16
Reservas	-17 684	-15 806	-9 215

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Títulos de rendimento variável	-468	14
Títulos de rendimento fixo	-25 834	-23 876
Derivados de cobertura	528	1 128
Reservas de Justo Valor	-25 774	-22 734

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	224 693	307 220
	224 693	307 220
Imparidade	-2 638	-510
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	222 055	306 710
Justo valor dos derivados de cobertura	-	-
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	200 625	282 848
	200 625	282 848
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	-21 430	-23 862
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	528	1 128
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	-4 872	-
Impostos diferidos e correntes	6 533	5 874
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	-19 241	-16 860

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Saldo a 01 de Janeiro	-16 860	-9 741
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-912	-10 149
Imparidade reconhecida no ano	-2 128	390
Variação impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	659	2 640
Saldo a 31 de Dezembro	-19 241	-16 860

Nota 27 – Resultados por Acção

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011	2010
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	3 013	5 140
Número de acções (final do exercício)	65 000 000	65 000 000
Resultados por Acção (em euros)	0,05	0,08

Nota 28 – Dividendos por Acção

A Companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., ao qual, durante o exercício de 2011 e 2010, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respectivos dividendos por acção:

	2011	2010
Dividendos (em milhares de euros)	4 600	4 700
Número de acções (início do exercício)	65 000 000	65 000 000
Dividendos por Acção (em euros)	0,07	0,07

Nota 29 - Transacções entre Partes Relacionadas

O capital da T-Vida é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a T-Vida e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, comercialização de seguros, resseguro e prestação de serviços administrativos e técnicos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o montante global dos activos e passivos da T-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

	2011				2010			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BAC	-	3	-	162	6 600	3	2	71
BANCO ESPÍRITO SANTO	118 887	87 464	3 129	12 835	114 127	1 988	2 892	4 033
BES FINANCE	-	-	-	63	2 690	-	-	51
BES VIDA	51 475	-	295	538	64 406	846	19 903	20 183
BESI	5 638	-	-	155	2 323	-	-	30
BESLEASING	-	-	-	-	-	-	5	130
BEST	50	4	-	-	93	4	4	-
E.S. CONTACT CENTER	-	-	77	-	-	-	38	-
E.S. FINANCIER	6 279	-	-	392	6 965	-	-	298
E.S. FINANTIAL PORTUGAL	-	-	-	101	-	-	-	-
ESAF	-	182	182	-	-	204	204	-
ESFG	3 101	-	-	194	2 552	-	-	327
ESUMÉDICA	3	47	75	-	20	-	75	-
LOGO	-	3	-	-	-	4	-	-
TRANQUILIDADE	63	-	-	-	643	-	-	-
	185 496	87 703	3 757	14 440	200 419	3 049	23 123	25 123

Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 - Compromissos

A Companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte. A maturidade das prestações vincendas é analisada como segue:

	(milhares euros)		
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	12	24	55

Nota 37 - Outras Informações

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo dar informação aos utilizadores das demonstrações financeiras para que possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2011.

A Companhia não obteve qualquer impacto significativo da adopção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value option*) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 - Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de *de facto control*.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: (i) *joint operations*; e (ii) *joint ventures*.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades;
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor e define novos requisitos de divulgação informação. Desta forma, os principais aspectos considerados são:

- Princípios que estão na base da determinação do justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valores;
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: (i) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e (ii) necessidades de requisitos de divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 - Investimentos em associadas e joint ventures

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e *joint ventures* com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelas entidades relativamente aos investimentos em associadas e em *joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, para ambos os investimentos.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa *joint venture*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011). A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Offsetting de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridas para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade: (i) o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e (ii) o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PERTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BES EURO RENDA 16/04/2013		1 660 000,00	105,31%	91,5%	1 518 285,80	105,3%	1 748 146,00
BES EURO RENDA 20/05/2013 - 1ºS		1 753 000,00	105,13%	90,1%	1 579 144,44	105,1%	1 842 928,90
BES PL 3.75% 01/12		1 250 000,00	99,53%	96,5%	1 206 250,00	103,1%	1 288 565,65
BESPL 3.75% 01/12		10 000 000,00	98,30%	97,5%	9 750 000,00	101,9%	10 185 179,45
BESPL 3.875% 01/21/2015		500 000,00	71,68%	99,8%	498 936,02	75,3%	376 675,28
BESPL 5.625% 06/14		250 000,00	78,67%	88,7%	221 750,00	81,9%	204 712,73
BESPL 5.625% 06/14		6 500 000,00	90,86%	89,3%	5 803 373,69	94,1%	6 117 900,37
Subtotal	0	21 913 000,00			20 577 739,95		21 764 108,38
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
ES FINANCIAL 8% 07/26/13		3 000 000,00	99,93%	100,0%	3 000 000,00	103,4%	3 101 480,57
ESPIRITO SANTO FINANCIER 7% 05/31/13		6 500 000,00	92,50%	99,8%	6 483 750,00	96,6%	6 278 538,25
Subtotal	0	9 500 000,00			9 483 750,00		9 380 018,82
Total	0	31 413 000,00			30 061 489,95		31 144 127,20
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES LIQUIDEZ - FEI ABERTO	1 769 703			5,09	9 000 000,00	5,10	9 019 820,67
ES ROCK FELLER GLOBAL	10 162			149,41	1 518 239,87	132,50	1 346 407,76
ES TRADING FUND	13 000			110,68	1 438 840,00	98,57	1 281 410,00
Subtotal	1 792 864	0,00			11 957 079,87		11 647 638,43
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT 0% 01/20/12		300 000,00	99,62%	96,5%	289 569,90	99,6%	298 845,00
BT 0% 01/20/12		1 500 000,00	99,80%	98,9%	1 483 269,62	99,8%	1 496 933,03
BT 0% 01/20/12		2 500 000,00	99,80%	98,3%	2 456 867,88	99,8%	2 494 945,98
BT 0% 02/17/12		850 000,00	99,27%	99,0%	841 508,94	99,3%	843 752,50
BT 0% 02/17/12		9 000 000,00	99,46%	99,1%	8 921 023,21	99,5%	8 951 316,55
BT 0% 02/17/12		4 000 000,00	99,47%	97,8%	3 912 131,00	99,5%	3 978 733,09
BT 0% 03/23/12		5 000 000,00	99,00%	98,6%	4 932 251,42	99,0%	4 950 147,75
BT 0% 03/23/12		5 000 000,00	99,01%	97,2%	4 861 346,81	99,0%	4 950 582,88
PT OT 3.35% 10/15/15		9 450 000,00	92,08%	91,9%	8 687 326,19	92,8%	8 768 017,03
PT OT 3.35% 10/15/15		6 750 000,00	92,09%	91,0%	6 142 746,13	92,8%	6 263 319,33
PT OT 3.6% 10/15/14		3 000 000,00	95,37%	95,3%	2 857 594,36	96,1%	2 883 948,89
PT OT 3.6% 10/15/14		2 000 000,00	95,38%	94,5%	1 889 826,03	96,1%	1 922 710,58
PT OT 4.2% 10/15/16		3 250 000,00	92,72%	92,6%	3 010 051,42	93,6%	3 042 072,60
PT OT 4.2% 10/15/16		3 750 000,00	92,72%	92,0%	3 448 515,26	93,6%	3 510 207,38
PT OT 4.35% 10/16/17		3 100 000,00	91,28%	91,2%	2 826 691,04	92,2%	2 857 681,99
PT OT 4.35% 10/16/17		2 040 000,00	91,28%	90,6%	1 847 298,80	92,2%	1 880 595,64
PT OT 4.45% 06/15/18		4 000 000,00	90,12%	90,0%	3 600 630,26	92,6%	3 703 086,65
PT OT 4.75% 06/14/19		1 250 000,00	89,83%	89,7%	1 121 810,98	92,5%	1 155 885,66
PT OT 4.8% 06/15/20		4 000 000,00	88,63%	88,5%	3 541 956,87	91,3%	3 651 391,45
PT OT 4.8% 06/15/20		3 500 000,00	88,63%	88,2%	3 085 957,04	91,3%	3 195 061,80
PT OT 5% 06/15/12		5 000 000,00	97,00%	94,8%	4 740 000,00	99,7%	4 985 928,95
PT OT 5.45% 09/13		500 000,00	101,11%	101,2%	505 836,75	102,6%	512 924,64
PT OT 5.45% 09/13		4 000 000,00	101,11%	101,4%	4 055 044,48	102,6%	4 103 324,00
PT OT 6.4% 02/15/16		250 000,00	70,82%	83,7%	209 250,00	76,4%	191 077,40
PT OT 6.4% 02/15/16		2 500 000,00	99,77%	99,7%	2 493 243,35	105,4%	2 634 606,61
PT OT 3.6% 10/15/14		45 000,00	71,50%	101,3%	45 594,00	72,3%	32 515,82
PT OT 4.35% 10/16/17		500 000,00	57,00%	101,2%	506 136,06	57,9%	289 516,39
Subtotal	0	87 035 000,00			82 313 477,80		83 549 129,59
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3.5% 07/13		2 200 000,00	96,25%	94,9%	2 088 248,47	97,9%	2 154 502,20
Subtotal	0	2 200 000,00			2 088 248,47		2 154 502,20
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3.25% 01/15		2 000 000,00	90,05%	88,8%	1 776 416,01	93,2%	1 864 223,91
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	55,45%	100,0%	2 000 000,00	55,5%	1 110 334,00
BCP 04/14 5.625%		700 000,00	89,53%	89,2%	624 375,36	93,5%	654 266,36
BCP 04/14 5.625%		800 000,00	89,54%	87,9%	703 431,97	93,5%	747 838,57

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
Designação						Unitário	Total
BCP 3.75% 10/16		2 000 000,00	84,14%	83,9%	1 678 404,64	85,0%	1 700 262,74
BCP PL 3.625% 01/12		1 500 000,00	99,63%	99,1%	1 485 896,17	103,1%	1 546 040,44
BPI PL FLOAT 01/12		1 000 000,00	98,75%	99,6%	996 324,42	99,2%	991 938,75
BRISA 4.5% 12/16		1 000 000,00	65,00%	100,8%	1 007 851,39	65,3%	653 196,72
BRISA 4.5% 12/16		3 000 000,00	65,00%	101,0%	3 030 517,68	65,3%	1 959 590,16
CXGD 4.25% 01/20		1 000 000,00	65,34%	99,7%	996 550,07	69,3%	692 776,16
CXGD 5.125 02/14		8 500 000,00	88,50%	103,9%	8 828 447,15	92,9%	7 898 450,34
EDP FINANCE 3.25% 03/15		1 000 000,00	84,00%	99,6%	995 964,17	86,6%	865 751,37
EDP FINANCE 3.25% 03/15		1 000 000,00	84,00%	99,6%	995 551,18	86,6%	865 751,37
EDP FINANCE 5.875% 02/16		1 500 000,00	84,25%	99,5%	1 493 076,99	89,6%	1 344 148,97
EDP FINANCE 5.875% 02/16		100 000,00	84,25%	98,9%	98 900,00	89,6%	89 609,93
MONTP1 29/05/2013		2 250 000,00	72,04%	99,8%	2 244 974,58	72,2%	1 624 327,50
PORTUGAL TELECOM 5.625% 02/16		1 000 000,00	81,00%	99,5%	994 822,51	86,0%	860 239,72
PORTUGAL TELECOM 5.625% 02/16		100 000,00	81,00%	97,2%	97 200,00	86,0%	86 023,97
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5% 11/04/19		5 000 000,00	91,07%	90,7%	4 534 866,57	91,9%	4 592 947,54
PORTUGAL TELECOM INT5.625% 02/16		4 000 000,00	81,00%	99,6%	3 982 061,84	86,0%	3 440 958,90
BCPPL 2.375% 01/18/2012		1 000 000,00	99,50%	100,0%	999 826,55	101,8%	1 017 598,77
CXGD 4.25% 01/27/2020		1 500 000,00	65,34%	99,7%	1 495 184,59	69,3%	1 039 164,24
EDP FINANCE 4.625% 06/16		2 000 000,00	85,12%	103,6%	2 072 436,41	87,7%	1 753 119,18
Dep Prazo EUR BES					52 005 082,00		52 030 115,74
Dep Prazo EUR MG					34 069 092,44		34 081 547,53
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					10 300 000,00		10 300 500,69
Dep Prazo Eur BESI					5 373 535,54		5 406 553,06
Dep Prazo EUR BCP					10 264 547,07		10 375 033,51
Dep Prazo EUR BBVA					22 500 000,00		22 537 341,07
Subtotal	0	43 950 000,00			177 645 337,30		172 129 651,21
Subtotal	0	133 185 000,00			262 047 063,57		257 833 283,00
Total	1 792 864	133 185 000,00			274 004 143,44		269 480 921,43
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FIDELITY TARGET 2015 ACÇÕES	95 054			10,50	997 749,92	9,98	948 633,93
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	70 504			10,47	737 865,78	9,08	639 960,63
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	68 323			9,28	633 799,56	8,64	590 107,39
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	38 035			10,00	380 336,12	8,55	325 121,04
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	10 554			20,50	216 321,93	17,78	187 657,94
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	13 277			19,18	254 698,34	17,77	235 925,89
FUNDO ESP INV IMOB FECHADO	300 000			1 000,00	300 000 000,00	981,13	294 338 760,00
STENHAM BERLIN RESIDENCIAL FUND	3 000 000			1,00	3 000 285,00	0,81	2 430 000,00
UBAM NEUBERGER BERMAN US EQUITY	1 843			542,56	999 999,93	467,40	861 471,48
Subtotal	3 597 589	0,00			307 221 056,58		300 557 638,30
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BOTS 0% 01/31/12		3 750 000,00	99,99%	99,8%	3 744 321,11	100,0%	3 749 437,50
BUNDESUBL 2.25% 04/10/2015		1 000 000,00	101,09%	101,2%	1 012 259,94	102,7%	1 027 229,32
FRENCH TREASURY 2.25% 02/16		1 000 000,00	101,84%	102,3%	1 022 800,00	103,7%	1 037 447,95
FRENCH TREASURY 2.25% 02/16		1 000 000,00	101,84%	102,2%	1 021 947,30	103,8%	1 037 712,50
HELLENIC REPUBLIC 5,5 20/08/14		750 000,00	22,59%	109,3%	819 600,00	24,6%	184 414,75
HELLENIC REPUBLIC 4.3 20/03/12		1 200 000,00	47,50%	100,5%	1 206 426,42	50,9%	610 321,31
HELLENIC REPUBLIC 5.5% 08/20/14		750 000,00	22,59%	106,4%	798 050,49	24,6%	184 414,75
HELLENIC REPUBLIC 6.1% 08/20/15		250 000,00	22,51%	101,6%	254 000,00	24,7%	61 804,17
IRISH GOVT 4.6% 04/16		1 000 000,00	87,90%	86,6%	865 630,31	91,1%	911 288,68
LETRAS 0% 01/20/12		3 750 000,00	99,90%	99,9%	3 746 008,42	99,9%	3 746 250,00
LETRAS 0% 03/23/12		4 000 000,00	99,49%	99,0%	3 960 800,00	99,5%	3 979 400,00
LUXEMBOURG GOVT 3.75% 12/04/13		1 500 000,00	105,13%	105,6%	1 584 000,00	105,4%	1 581 144,59
NETHERLANDS GOVT 1.75% 01/13		2 000 000,00	101,62%	101,7%	2 033 880,00	103,3%	2 065 961,64
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/17		750 000,00	99,25%	99,2%	744 303,55	100,6%	754 146,79
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/17		500 000,00	99,25%	99,2%	496 003,25	100,6%	502 766,30
NETHERLANDS GOVT 3.25% 07/15		1 000 000,00	103,48%	103,6%	1 035 567,22	105,0%	1 049 797,30
NETHERLANDS GOVT 3.25% 07/15		250 000,00	103,48%	103,9%	259 683,16	105,0%	262 442,99
NETHERLANDS GOVT 4.25% 07/13		5 000 000,00	106,26%	106,2%	5 308 000,00	108,2%	5 410 871,58
Subtotal	0	29 450 000,00			29 913 281,17		28 156 852,12

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
CAISSE D'AMORT DETTE SOC 1.75% 11/13		1 500 000,00	100,19%	99,9%	1 499 010,00	100,4%	1 505 949,02
EFSF 2.75% 07/16		3 000 000,00	102,91%	102,7%	3 080 670,00	104,2%	3 124 718,04
EFSF 2.75% 12/16 HTM REPO		2 500 000,00	99,66%	99,6%	2 490 957,69	99,9%	2 496 274,37
EUROPEAN INVEST BANK 3.625% 10/15/13		9 000 000,00	104,12%	104,3%	9 387 960,00	104,9%	9 438 987,30
EUROPEAN UNION 3.625% 04/06/16		2 000 000,00	106,85%	107,2%	2 143 980,00	109,5%	2 190 285,52
Subtotal	0	18 000 000,00			18 602 577,69		18 756 214,25
2.2.2.3 - De outros emissores							
ALSTOM 2.875% 10/15		2 800 000,00	97,36%	99,8%	2 795 549,60	98,0%	2 745 159,25
AMADEUS CAP MARKT 4.875% 07/16		200 000,00	100,67%	99,5%	198 986,00	102,9%	205 842,05
ATLANTIA 3.375% 09/17		3 000 000,00	93,78%	99,6%	2 986 910,16	94,7%	2 842 110,49
BANCA POP VERONA 6.375% 31/05/2021		3 878 000,00	70,30%	99,3%	3 849 264,02	74,0%	2 870 590,96
BANCO SANTANDER 3.625% 04/17		4 000 000,00	93,60%	100,1%	4 004 553,39	96,3%	3 850 411,04
BANK OF IRELAND 4% 01/28/15		1 500 000,00	73,58%	99,7%	1 496 248,43	77,3%	1 159 097,26
BANQUE PSA FINANCE 4% 06/24/15		100 000,00	92,06%	99,6%	99 550,00	94,1%	94 132,50
BBVA CAPITAL UNIPERS 13/10/2020		5 000 000,00	80,36%	99,9%	4 995 137,32	80,8%	4 038 710,54
BBVA SENIOR FINANCE 4% 05/13/13		500 000,00	99,14%	99,9%	499 355,00	99,7%	498 422,24
CAJA AHORROS BARCELONA 3.5% 03/16		500 000,00	93,82%	99,7%	498 565,00	96,4%	482 243,91
CAJA CASTILLA 02/11/2016		3 000 000,00	75,13%	100,0%	3 000 360,00	75,6%	2 266 866,92
CAJA MADRID 3.5% 11/14		3 000 000,00	93,84%	97,5%	2 926 022,49	94,3%	2 828 970,49
CAJA ZARAGOZA ARAGON 25/04/2019		4 000 000,00	86,15%	99,5%	3 981 460,00	86,5%	3 460 289,44
DEXIA MUNICIPAL AGENCY 2.75% 01/16		1 500 000,00	93,05%	100,0%	1 500 285,53	95,6%	1 434 204,66
DOURM 1 A		601 631,65	58,29%	98,6%	593 054,10	58,3%	350 961,88
ENEL FINANCE 4% 09/14/16		1 500 000,00	98,62%	102,6%	1 539 058,30	99,8%	1 496 929,92
ENEL FINANCE 4% 09/14/16		1 000 000,00	98,62%	102,8%	1 028 277,20	99,8%	997 953,28
GAS NATURAL 4.375% 11/16		1 250 000,00	97,90%	101,7%	1 271 796,13	98,6%	1 232 540,74
GAS NATURAL 5.25% 07/14		500 000,00	102,18%	105,1%	525 578,58	104,7%	523 426,23
GAS NATURAL CAP 5.25% 7/9/2014		1 950 000,00	102,18%	103,4%	2 016 299,27	104,7%	2 041 362,30
GE CAP EUR FUND 17/05/2021		7 500 000,00	78,38%	99,3%	7 445 116,25	78,6%	5 893 993,33
GERMAN POSTAL PENSIONS 3.375% 01/18/16		1 300 000,00	104,70%	105,0%	1 364 610,00	107,9%	1 402 833,25
GOLDMAN SACHS FLOAT 01/30/17		3 000 000,00	87,27%	99,8%	2 995 480,23	87,6%	2 628 109,67
HIPOT 5 A2		253 935,56	49,96%	97,9%	248 602,91	50,1%	127 237,35
JP MORGAN 12/10/2015		9 200 000,00	94,52%	100,1%	9 207 443,48	95,0%	8 736 442,47
KFW 1.75% 08/04/14		1 000 000,00	101,81%	101,4%	1 013 600,00	102,5%	1 025 224,32
KFW 2% 09/07/16		2 000 000,00	101,83%	100,8%	2 015 400,00	102,5%	2 049 208,31
KFW 3.125% 04/08/16		2 000 000,00	107,03%	105,9%	2 117 600,00	109,2%	2 184 215,85
KION 2006-1 A		671 557,44	57,28%	98,5%	661 796,59	57,6%	387 114,15
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		5 000 000,00	56,51%	102,6%	5 131 800,47	56,7%	2 837 222,64
MAGEL 3 A		546 566,40	51,43%	98,7%	539 485,32	51,6%	282 227,77
MERRILL LYNCH 31/01/2014		2 000 000,00	92,42%	99,8%	1 995 236,68	92,7%	1 854 653,22
MORGAN STANLEY 16/01/2017		2 500 000,00	84,09%	100,1%	2 501 250,00	84,5%	2 112 789,64
MORGAN STANLEY FLOAT 04/13/16		10 000 000,00	85,91%	99,9%	9 990 389,62	86,3%	8 634 675,55
NATEXIS BANQUES POP 26/01/2017		2 500 000,00	96,67%	100,2%	2 505 002,50	97,0%	2 425 099,17
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		1 400 000,00	92,76%	99,7%	1 396 132,50	92,8%	1 298 852,00
PELIC 2 A		246 538,08	66,57%	99,2%	244 482,95	66,6%	164 306,99
PELICAN 3 A		829 991,03	71,00%	98,3%	815 757,33	71,1%	589 867,61
RABOBANK 3.375% 01/16		2 000 000,00	102,58%	102,6%	2 052 180,00	105,8%	2 115 751,23
RABOBANK 6/17/2013		550 000,00	100,10%	100,4%	552 425,50	100,2%	550 960,76
RCI BANQUE 5.625% 10/15		200 000,00	99,91%	99,6%	199 268,00	101,2%	202 492,18
RED ELECTRICA 3.5% 10/16		1 650 000,00	99,57%	99,6%	1 642 987,92	100,4%	1 656 300,39
REPSOL SA 4.25% 02/19		100 000,00	100,62%	99,6%	99 642,00	100,8%	100 841,63
ROYAL BK SCOTLAND 49		10 000 000,00	85,80%	100,8%	10 080 000,00	86,3%	8 633 035,67
RWE FINANCE 6.25% 04/20/16		3 000 000,00	116,40%	114,6%	3 436 946,64	120,8%	3 622 545,25
SANTANDER INTL 2.875% 09/13		4 500 000,00	97,32%	99,9%	4 497 444,49	98,1%	4 415 500,33
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		5 000 000,00	99,48%	99,9%	4 995 402,43	99,5%	4 975 962,11
TELEFONICA EM 3.661% 09/18/2017		4 000 000,00	92,47%	100,1%	4 004 475,61	93,5%	3 740 531,36
THEME 4 A		794 648,54	56,93%	97,8%	776 927,89	57,2%	454 202,01
Subtotal	0	123 522 868,71			124 333 197,83		110 522 422,31
Subtotal	0	170 972 868,71			172 849 056,69		157 435 488,68
Total	3 597 589	170 972 868,71			480 070 113,27		457 993 126,98
Total	5 390 453	304 157 868,71			754 074 256,71		727 474 048,41
3 - Total Geral	5 390 453	335 570 868,71			784 135 746,66		758 618 175,61





Divulgação das Políticas de Remuneração

Divulgação das Políticas de Remuneração

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º. 1 do Artigo 4.º da Norma 5/2010.R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Enquadramento

De acordo com o estipulado na Lei n.º. 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a Companhia de Seguros T-Vida também se insere por força do disposto no DL n.º. 225/2008, de 20 de Novembro, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos Membros dos respectivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No âmbito específico da actividade seguradora, esta matéria foi no decorrer do ano 2010 objecto de desenvolvimentos regulamentares, tendo sido publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal a Norma Regulamentar n.º. 5/2010-R e a Circular n.º. 6/2010, ambas do dia 1 de Abril.

Dessa nova regulamentação resultou, em concreto, um conjunto de deveres em matéria de divulgação pública, bem como numerosas recomendações quanto ao processo de elaboração, aprovação e conteúdo desta política.

Com base no referido enquadramento legal e regulamentar, procede-se assim à elaboração da presente Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros T-Vida, S.A. para o ano 2012, a qual na sua generalidade retoma os procedimentos e princípios definidos na política do ano anterior.

1. Práticas remuneratórias

O Conselho de Administração da T-Vida e respectiva Assembleia Geral sempre consideraram que a política de remunerações seguida até à data tem sido correcta e adequada aos objectivos estratégicos da Companhia e do Grupo Accionista no qual se insere.

Efectivamente, a remuneração dos órgãos sociais em vigor na T-Vida, teve sempre subjacente o integral cumprimento da legislação aplicável, bem como o respeito por práticas cuja bondade foi demonstrada ao longo dos últimos anos.

As decisões tomadas em matéria de aprovação das remunerações dos órgãos sociais, caracterizam-se pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;

- O alinhamento das práticas remuneratórias com os interesses dos Accionistas;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

Os alegados excessos que terão existido noutras instituições não se verificam na T-Vida, contribuindo igualmente para tal, o facto da T-Vida, tendo em consideração a sua estrutura accionista, com forte intervenção e participação na sua gestão, bem como uma assinalável estabilidade na composição dos seus órgãos sociais, se caracterizar por um adequado controlo de riscos e pela ausência de políticas de curto prazo que assumam um elevado grau de riscos para a Sociedade.

2. Política de remuneração

2.1. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da T-Vida é, nos termos previstos no Artigo 20.º do Contrato de Sociedade, proposta pelo Conselho de Administração, sendo a mesma objecto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da T-Vida não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

2.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 14.º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respectivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

2.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 23.º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respectivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

2.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59.º e 60.º do DL n.º. 487/99, de 16 de Novembro, alterados pelo DL n.º. 224/2008, de 20 de Novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

2.5. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Contrato de Sociedade, constituído por cinco membros, dos quais um é designado Presidente pela Assembleia Geral.

Todos os membros desempenham, no âmbito do Conselho de Administração, funções executivas.

a) Remuneração

Os membros do Conselho de Administração auferem uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano, à qual pode ainda acrescer uma remuneração variável de acordo com os critérios e condições definidos na política de remuneração aprovada em Assembleia Geral.

Com excepção da atribuída ao seu Presidente, todos os membros do Conselho de Administração auferem a mesma remuneração fixa. Apenas a parte variável pode ser distinta.

b) Limites da remuneração

Para 2012, a parte fixa terá como limites entre 45% e 80% da Remuneração Total Anual.

Sem prejuízo do acima disposto, o valor a distribuir pelos membros do Conselho de Administração a título de remuneração variável, quando for atribuída, ficará sempre sujeito ao limite estatutário previsto no nº 3 do Artigo 20º do Contrato de Sociedade, fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

Em 2012, a remuneração variável a distribuir pelos membros do Conselho de Administração será fixada em aproximadamente 4,32% dos lucros líquidos do exercício e corresponderá, para cada um dos respectivos membros a, aproximadamente, 40% da Remuneração Total Anual.

c) Equilíbrio na remuneração

A parte variável corresponderá no máximo a 55% do total da remuneração, oscilando, em todo o caso, o montante exacto desta componente da remuneração, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, constantes do orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável é calculada no início de cada ano, em função do cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado.

O valor da remuneração variável será proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos.

A remuneração variável é paga integralmente em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

Para o ano 2012, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros do Conselho de Administração, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um accionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre acções da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente

definido para o ano 2012, quaisquer planos de atribuições de acções ou de opções de aquisição de acções da T-Vida ou de qualquer outra empresa do Grupo, por parte dos membros do Conselho de Administração.

e) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros do Conselho de Administração assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado Líquido do Exercício;
- Rentabilidade dos Capitais Próprios;
- Rácio Combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

f) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da T-Vida.

g) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da T-Vida.

h) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração da T-Vida relacionadas com a cessação das suas funções.

i) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração da T-Vida, em caso de destituição sem justa causa.

j) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

Não são atribuídos aos membros do Conselho de Administração da T-Vida quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

3. Regime complementar de pensões ou de reforma antecipada

Os Administradores da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., em virtude de desempenharem idêntico cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. são beneficiários de um fundo de pensões denominado “Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade” gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., cujo regulamento foi objecto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade S.A., realizada em 27 de Fevereiro de 2007.

As principais características do referido fundo de pensões encontram-se descritas na Política de Remunerações dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

4. Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada em Assembleia Geral.

5. Quadro de remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais da T-Vida durante o ano de 2011

(milhares de euros)

	Remuneração Total		Total
	Fixa	Variável	
Conselho de Administração			429,8
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	44,0	55,0	99,0
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	37,7	45,0	82,7
António Miguel Natário Rio-Tinto	37,7	45,0	82,7
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	37,7	45,0	82,7
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	37,7	45,0	82,7
Conselho Fiscal			20,4
António Ricardo Espírito Santo Bustorff (Pres.)	8,4	0,0	8,4
João Faria Rodrigues	6,0	0,0	6,0
Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura	6,0	0,0	6,0
Total Remunerações	215,2	235,0	450,2

A remuneração paga aos Órgãos Sociais da T-Vida, no decurso do ano 2011, manteve-se praticamente inalterada em relação a 2010.

A remuneração variável atribuída pela T-Vida em 2011 aos Membros dos Órgãos Sociais totaliza cerca de 235 milhares de euros, o que representa 4,57% do lucro líquido individual do exercício de 2010.

Política de remuneração dos “colaboradores com funções-chave”

Enquadramento

De acordo com o estipulado na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a T-Vida, Companhia de Seguros, também se insere por força do disposto no DL n.º 225/2008, de 20 de Novembro, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos Membros dos respectivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No que diz especificamente respeito à actividade seguradora, esta matéria foi no decorrer do ano 2010 objecto de desenvolvimentos regulamentares, tendo sido publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal a Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e a Circular n.º 6/2010, ambas do dia 1 de Abril.

Dessa nova regulamentação resultou, em concreto, o dever de também divulgar a política de remunerações aplicável aos colaboradores das empresas de seguros sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal que, pese embora não sejam membros dos respectivos órgãos de administração ou de fiscalização, auferam uma remuneração variável e exerçam a sua actividade no âmbito das funções-chave ou outra actividade que possa ter impacto material no perfil de risco da instituição.

Mais exigente do que a Lei n.º 28/2009, quanto ao correspondente âmbito e conteúdo, a Norma Regulamentar n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio impor que a informação a divulgar relativamente à Política de Remuneração em vigor na empresa para os “Colaboradores com Funções-Chave”, abranja os seguintes aspectos:

- Modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos referidos colaboradores com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos;
- Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração;
- Relação entre a remuneração fixa e variável e limites aplicáveis à remuneração variável;
- Critérios de definição da remuneração variável, bem como os critérios para diferimento do respectivo pagamento e o período de diferimento mínimo.

Por sua vez, a Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio definir um conjunto de recomendações sobre o conteúdo da política de remunerações, preconizando nomeadamente que:

- A remuneração fixa dos “Colaboradores com Funções-Chave” em relação à componente variável, quando esta exista, represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável;
- A componente variável da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” seja sujeita a um limite máximo;
- O pagamento de parte substancial da componente variável da remuneração seja feito em instrumentos financeiros, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição;
- A quantificação da componente variável da remuneração atenda complementarmente a critérios não financeiros e dependa, em parte, do desempenho colectivo da unidade onde o colaborador se integra;
- A remuneração variável em função do desempenho seja atribuída segundo critérios predeterminados, mensuráveis e tenha por referência um quadro plurianual;
- O pagamento de parte da remuneração variável seja diferido;
- O montante da remuneração variável dos colaboradores que exerçam funções de controlo dependa da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções e não das áreas sob o seu controlo;

- h) A política de remuneração seja, pelo menos, anualmente avaliada de forma independente pelas funções de controlo da instituição, em articulação entre si.

Adicionalmente, pese embora o carácter não injuntivo destas recomendações, o Conselho de Administração da T-Vida deve, por força do estipulado no n.º 3 do artigo 4.º da Norma 5/2010-R anteriormente referida, enviar anualmente ao Instituto de Seguros de Portugal, uma declaração sobre a conformidade da política de remuneração com estas recomendações, numa lógica de *comply or explain*.

Com base no enquadramento legal e regulamentar acima brevemente definido é deste modo elaborada a presente Política de Remuneração dos Colaboradores com “Funções-Chaves” da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. para o ano 2012, a qual retoma na íntegra os procedimentos e princípios definidos na política do ano anterior, tendo presente, quer a actualidade dos mesmos, quer ainda o resultado da avaliação interna independente efectuada nos termos recomendados na Circular 6/2010.

1. Práticas remuneratórias

O Conselho de Administração da T-Vida considera que a política de remuneração seguida até à data em relação aos seus Colaboradores e, em particular, em relação aos que desempenham Funções-Chave ou funções que possam impactar no perfil de risco da Companhia, tem sido correcta e adequada aos Objectivos Estratégicos quer da própria empresa, quer do Grupo Accionista no qual se insere.

As decisões tomadas neste âmbito caracterizam-se pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com os critérios da avaliação de desempenho anual dos colaboradores;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional e, em particular, no sector segurador.

A T-Vida não foi assim internamente afectada pelas patologias remuneratórias relacionadas com a recente crise financeira que motivaram algumas intervenções normativas nacionais sobre remuneração das instituições financeiras.

Com o objectivo de assegurar um constante alinhamento com as melhores práticas do mercado, a T-Vida procurou ajustar-se, na medida adequada, às indicações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, relativas ao próprio conteúdo da política – as quais, reitere-se, têm carácter meramente recomendatório, sendo dirigidas às instituições numa lógica de *comply or explain*.

Nesse sentido, o Conselho de Administração da T-Vida formaliza, através do presente documento, a política de remunerações aplicável aos seus “Colaboradores com Funções-Chave” na qual se consagram os seguintes pilares essenciais:

- a) Promoção do equilíbrio entre as componentes fixa e variável da remuneração total, com fixação de limites máximos para ambas as formas de remuneração;
- b) Definição do montante efectivo da remuneração variável em função da avaliação de desempenho a realizar anualmente pelo Conselho de Administração.

Na T-Vida, para o ano 2012 e à semelhança do já verificado em 2011, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração

em vigor, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez, no ano da avaliação de desempenho do colaborador a que diz respeito.

De igual modo e inerente ao facto da empresa possuir um accionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, também a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre acções da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração.

2. Delimitação do âmbito de aplicação da política de remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Director Coordenador, Director-adjunto, Director de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direcções de Risco Global e Controlo Interno e Direcção de Auditoria), mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função actuarial, bem como ao Actuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1.º nível (Directores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam actividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da T-Vida, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

3. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam activamente o Director Geral e diversos quadros das principais Direcções da Companhia, em particular da Direcção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objectivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedrosa
António Miguel Natário Rio Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

4. Remuneração

a) Composição das remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de Maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a actividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de Maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 84% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

A parte variável para 2012 deve corresponder, em média, a 16% Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo individualmente considerado não deverá exceder 20% do valor total da remuneração.

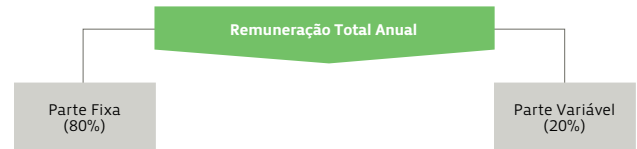
c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa pode representar, em média, aproximadamente 80% do total da remuneração, sendo os restantes 20% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do colectivo da respectiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da T-Vida, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá um peso de aproximadamente 20% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) associado à Direcção / área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento.

A RVA é paga em numerário no período imediatamente a seguir à data de referência dos resultados.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de Equipa;
- Visão Estratégica;
- Planeamento, Organização e Controlo;
- Orientação para o Cliente;
- Capacidade de Negociação;
- Conhecimento dos Produtos e Serviços.

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de Equipa;
- Visão Estratégica;
- Planeamento, Organização e Controlo.

5. Outros benefícios atribuídos aos “colaboradores com funções-chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o sector segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o sector segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o sector segurador.

6. Ampliação do âmbito de aplicação da presente política de remuneração.

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Seguros T-Vida, não considerados nos critérios definidos no ponto 2 infra (Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

Anexo I - Declaração de Cumprimento (N.º 1 do Artigo 4.º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1 Adopção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses à longo prazo da instituição, designadamente com as perspectivas de crescimento, rentabilidade e protecção dos clientes;	√		
I.2 Adequação da Política de Remuneração (PR) à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;	√		
I.3 Adopção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objectiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respectivas responsabilidades e competências.	√		
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)			
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	√		
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	√		
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	√		
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objecto de formalização em documento autónomo, devidamente actualizado, com indicação das alterações introduzidas e respectiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	√		
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	√		
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1 A CR, caso exista, deve efectuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;			
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;			
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;			Não aplicáveis à T-Vida.
III.4 A CR deve informar anualmente os accionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;			
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões efectuadas.			

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efectivamente criada, protecção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à actividade;		X	Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados Líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas. Não existem critérios não financeiros na avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo;	√		
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo;		X	Não aplicável tendo em conta a estrutura accionista da Companhia de Seguros T-Vida, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição;		X	Tendo presente o peso dos valores máximos considerados para a remuneração variável, bem como os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada;	√		
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das acções que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de acções até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros não Executivos			
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	√		Todos os membros do Órgão de Administração desempenham funções Executivas.
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	√		Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	√		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesse a longo prazo da instituição.		X	Não aplicável tendo em conta a estrutura accionista da Companhia de Seguros T-Vida, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também colectivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes;	√		
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo;		X	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objectivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	√		
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição;		X	O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.		X	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que exerçam funções-chave			
V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções;	√		
V.9 Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	√		
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si;	√		
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	√		
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	√		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
VII. Grupos Financeiros			
VII.1 A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações;			<p>Não aplicável no caso específico da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.</p> <p>Estas recomendações são avaliadas relativamente à Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..</p>
VII.2 A adopção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro;			
VII.3 As funções-chave da empresa-mãe devem efectuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;			
VII.4 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.			

09

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas Nº 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 902.978 milhares de euros e um total de capital próprio de 62.895 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 3.013 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para as situações seguintes:
 - ♦ Conforme referido na nota n.º 3 (Alteração de Políticas Contabilísticas) do Anexo às Demonstrações Financeiras, até 31 de Dezembro de 2010, a Companhia procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. A partir de 2011 e de acordo com uma das opções previstas no IAS 19 (Benefícios dos Empregados) a Companhia optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de Reservas.

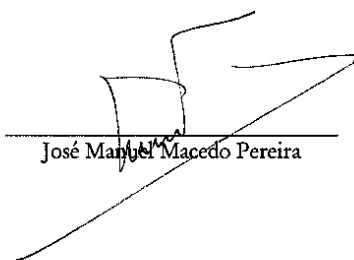
A alteração da política contabilística, de acordo com o IAS 8 (Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros), é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2010, reconhecendo nessa data, em Reservas, a totalidade dos desvios actuariais diferidos. Assim, o Balanço e a Demonstração de Ganhos e Perdas comparativos foram reexpressos tendo a Companhia registado uma diminuição nos capitais próprios com referência a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010 no montante de 16 milhares de euros e 15 milhares de euros, respectivamente.



JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

- ♦ Conforme referido na nota n.º 23 (Obrigações com Benefícios dos Empregados) do Anexo às Demonstrações Financeiras, a aprovação, em Dezembro de 2011, do novo Contrato Colectivo de Trabalhadores de Seguros vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando os colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Lisboa, 22 de Março de 2012



Handwritten signature of José Manuel Macedo Pereira, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Accionista da
T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.,

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2011, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

No exercício de 2011, a produção registou um decréscimo da ordem dos 71%, face ao período homólogo. No entanto, esta variação está influenciada pela operação de capitalização (OCA) realizada em 2010, no valor de 70.000 milhares de euros. Excluindo esta operação a redução seria de cerca de 50% face ao período homólogo.

O rácio de solvabilidade estimado em Dezembro de 2011 situou-se em 116%, que compara com 108% registado em 2010. Para esta variação favorável contribuiu a redução da margem de solvência exigida, em consequência da redução de seguros não ligados a fundos de investimentos (excluindo seguros complementares).



O Grupo Tranquilidade, no qual a T-Vida se insere, prosseguiu no decorrer do ano 2011 com o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro. Em matéria de Solvência II foi, ainda, efectuado o acompanhamento e monitorização das acções previstas no plano de implementação do programa (*Roadmap*) previamente definido.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

Após o final do exercício de 2011 procedemos à apreciação do respectivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2011.

Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2011, datada de 22 de Março de 2012, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos, chamando no entanto a atenção dos utilizadores das Demonstrações Financeiras da Companhia para:


- Os efeitos nas Demonstrações Financeiras de 2011 e 2010 da alteração, em 2011, da política contabilística que vinha sendo adoptada pela Companhia para o reconhecimento dos desvios actuariais relacionados com o cálculo das responsabilidades por pensões de reforma dos trabalhadores, conforme referido nas Notas 3 e 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras;
- As alterações introduzidas aos benefícios laborais, na sequência da aprovação do novo Contrato Colectivo dos Trabalhadores dos Seguros em 23 de Dezembro de 2011, nomeadamente, no que respeita às pensões de reforma e benefícios de saúde.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas e acima resumidas, e em consonância com as respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.** aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 8 de Março de 2012, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2011, no montante de 3.012.995,53 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 26 de Março de 2012

O Conselho Fiscal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Presidente



João de Faria Rodrigues – Vogal



Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal

BES
art COLECCÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

Imagem de capa:

VALTER VINAGRE

b. 1954, Portugal

Da série Variações para um fruto,

“S/ título #13”, 2003

Prova por destruição selectiva de corantes (Ilfochrome)

102,5 x 127,5cm

Edição única

Cortesia do Artista